MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho de Supervisão de Regime de Recuperação Fiscal

RESOLUÇÃO CSRRF Nº 18, DE 04 DE JUNHO DE 2019.

RESOLUÇÃO Nº 18 DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE 4 DE JUNHO DE 2019.

O CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso II do art. 23 do Decreto 9.109, de 27 de julho de 2017, e tendo em vista a Reunião Ordinária realizada no dia 30 de maio de 2019, resolve:

Art.1° Aprovar o relatório de monitoramento do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro referente **ao mês de abril de 2019** na forma do documento anexo.

Art.2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 4º de junho de 2019; 198º da Independência e 131º da República

Membros do Conselho de Supervisão

Edson Leonardo Dalescio Sá Teles

Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira

Elizabeth da Costa Mendes Oliveira de Menezes

I – INTRODUÇÃO

O Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – CSRRF, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 7º, da Lei Complementar Federal nº 159/2017, e pelo art. 23, do Decreto Federal nº 9.109/2017 que a regulamenta, apresenta este relatório simplificado sobre a execução do Plano de Recuperação Fiscal – PRF, bem como sobre a evolução da situação fiscal do Estado, referente ao mês de abril de 2019.

Este relatório tem como finalidade monitorar o cumprimento do PRF-RJ, sob cinco aspectos: (i) o acompanhamento da execução das medidas de ajuste e seus impactos; (ii) o monitoramento das vedações; (iii) a evolução dos resultados orçamentários e financeiros; (iv) a avaliação dos riscos fiscais e passivos contingentes e (v) a evolução da situação fiscal.

A seção II, denominada "Acompanhamento Mensal das Medidas de Ajuste", dedica-se à consolidação do monitoramento mensal empreendido quanto à execução do PRF-RJ, bem como evidencia outros aspectos considerados relevantes pelo CSRRF. A seção III trata do monitoramento das vedações. A seção IV traz inovação acerca dos entendimentos já firmados pelo Conselho, a seção IV, a evolução dos resultados orçamentários e financeiros, e a seção V, a avaliação de riscos fiscais e passivos contingentes.

A seguir, na seção VIII é apresentada a evolução da situação fiscal, na seção IX são trazidas informações sobre a atualização do PRF, na seção X informações gerais e na seção XI a conclusão do relatório. Adicionalmente, o relatório apresenta como anexo o acompanhamento analítico das medidas de ajuste do PRF-RJ.

Cabe destacar que os dados e informações dos Anexos B e C, que versam sobre as medidas de ajuste, bem como das planilhas do Anexo A, que são utilizadas para a geração deste relatório, são repassados pelo Estado do Rio de Janeiro e, portanto, são de sua responsabilidade.

O relatório referente ao mês de março/2019, assim como os anteriores, bem como os pareceres do Conselho, já se encontram disponíveis na página eletrônica dedicada ao Regime de Recuperação Fiscal, no Portal de Transparência do Estado do Rio de Janeiro, em consonância com o §2º, do art. 30, do Decreto Federal nº 9.109/2017.

II - ACOMPANHAMENTO MENSAL DAS MEDIDAS DE AJUSTE

Esta seção fornece uma visão geral sobre o curso dos compromissos assumidos no âmbito do PRF-RJ, com ênfase nas medidas de ajuste e seus impactos financeiros. O acompanhamento detalhado de cada medida encontra-se nos Anexos "B" e "C" deste documento.

Acompanhamento das Medidas de Ajuste

O PRF-RJ estabeleceu uma série de medidas de ajuste econômico visando o reestabelecimento do equilíbrio fiscal e financeiro do Estado. Os quadros 1, 2 e 3 indicam a situação destas medidas de ajuste, em relação ao seu estágio de implementação, bem como a comparação entre os resultados alcançados e aqueles originalmente previstos no Plano.

Foram agrupadas de acordo com sua classificação entre medidas pontuais ou contínuas, conforme metodologia constante na seção V deste relatório. Adicionalmente, foram ordenadas de forma decrescente, considerando o impacto financeiro previsto durante a vigência do Regime.

A avaliação da situação de cada medida foi realizada considerando-se dois critérios: quanto ao cumprimento do *prazo* e quanto ao *resultado financeiro* apurado. O primeiro verifica o grau de implementação da medida em relação aos prazos previstos no Plano, podendo-se classificar tais resultados dentre os seguintes *status*: (i) *implementado*: quando todas as ações necessárias para implementação tiverem sido adotadas; (ii) *no prazo:* na hipótese de as ações necessárias estarem em fase de implementação, conforme cronograma previsto no Plano; (iii) *atrasado*: quando o prazo acordado estiver expirado, sem que todas as ações tenham sido implementadas.

O segundo critério analisa a materialidade do resultado financeiro acumulado em relação ao previsto, que pode se dar "*conforme esperado*" ou "*abaixo do esperado*". Considera-se "*conforme esperado*" o resultado acumulado que seja igual ou maior que o total previsto até o mês de competência. Em relação ao resultado "*abaixo do esperado*", tal classificação se desdobra segundo a relevância da frustração em relação ao total do impacto esperado destas medidas ao final do primeiro período da vigência do Plano, ou seja, 2017 a 2020. Neste sentido, frustrações superiores a 1% (equivalente a R$ 330 milhões) do montante estimado para todas as medidas serão classificadas como "*críticas*", e as demais restarão apontadas como "*em alerta*", conforme se verifica nos Quadros 1 e 2.

Medidas de Caráter Continuado:

O Quadro 1 apresenta os *status* das medidas de ajuste de caráter continuado que têm impacto sobre as receitas estaduais, com suas respectivas metas e resultados alcançados até o mês de competência deste relatório.

Quadro 1: Medidas de Caráter Continuado de Receita

Medidas de Caráter Continuado	Situação da Medida		Impactos Previstos (R$ Milhões)		Resultado Acumulado Realizado	Diferença Acumulada Realizado - Previsto
	Prazo Cronograma	Resultado Financeiro	2017-2020	Até o mês de referência		
Revisão de Incentivos Fiscais (Anexo 18)	No prazo	Conforme o Esperado	3.684,8	1.451,3	2.344,1	892,8
Revisão Preço Mínimo do Petróleo (Anexo 20)	Implementado	Conforme o Esperado	3.366,4	1.015,9	1.016,0	0,1
Modernização Fazendária (Anexo 17)	No prazo	Conforme o Esperado	2.598,4	892,3	1.154,4	262,1
Alterações Alíquotas ICMS (Anexo 15)	Implementado	Conforme o Esperado	2.287,8	1.100,5	1.695,9	595,4
Majoração Alíquota Contribuição Previdenciária (Anexo 25)	Implementado	Abaixo - em alerta	1.979,1	1.035,5	713,1	-322,4
Revisão REPETRO (Anexo 22)	Implementado	Conforme o Esperado	1.350,0	433,3	1.490,2	1.056,9
Nova Metodologia Preço de Referência do Gás & PE (Anexo 32)	Atrasado	Abaixo - em alerta	1.076,0	168,3	0,0	-168,3
***Royalties* & PE do Campo de Libra (Anexo 19)**	No prazo	Conforme o Esperado	444,3	0,0	0,0	0,0
Alterações no ITD (Anexo 16)	Implementado	Conforme o Esperado	321,8	135,5	567,6	432,1
Impacto das medidas			**17.108,6**	**6.232,6**	**8.981,3**	**2.748,7**

Fonte: PRF-RJ e Acompanhamento dos Planos de Trabalho das Medidas de Ajuste do PRF (APT). Elaboração própria.

Relativamente ao prazo de implementação das medidas em destaque, apenas a medida de "Nova Metodologia Preço de Referência do Gás & PE" não foi implementada, tendo a área responsável informado, no acompanhamento do Plano de Trabalho referente ao mês de outubro/2018, que a ANP comunicou ao Estado, por meio do Ofício nº 26/2018/DG-e-ANP, que naquele momento não estariam presentes as condições que justificariam a permanência da Revisão da Resolução ANP nº 40/2009 na Agenda Regulatória. Em vista desta decisão, que independe da vontade do ERJ, se faz necessário apresentar alternativa para compensação dos valores que restaram frustrados.

Cumpre ressaltar que não foi informado a este Conselho o impacto da medida do Anexo 18 de Revisão de Incentivos Fiscais referente ao mês de dezembro/2018, o que prejudica a análise da evolução do impacto da medida.

O Quadro 2 apresenta os *status* das medidas de ajuste de caráter continuado que impactam as despesas do Estado.

Quadro 2: Medidas de Caráter Continuado de Despesa

Medidas de Caráter Continuado	Situação da Medida		Impactos Previstos (R$ Milhões)		Resultado Acumulado Realizado	Diferença Acumulada Realizado - Previsto
	Prazo Cronograma	Resultado Financeiro	2017-2020	Até o mês de referência		
Auditoria Previdenciária (Anexo 26)	No prazo	Abaixo Crítico	2.939,0	1.402,1	214,1	-1.188,0
Reestruturação Administrativa (Anexo 27)	Atrasado	Abaixo - em alerta	610,6	70,2	0,0	-70,2
Reforma das Pensões (Anexo 13)	Implementado	Conforme o Esperado	0,0	0,0	14,9	14,9
Impacto das medidas			**3.549,6**	**1.472,3**	**229,0**	**-1.243,3**

Fonte: PRF e APTs. Elaboração própria.

Relativamente ao prazo de implementação das medidas em destaque, apenas a medida de Reestruturação Administrativa se encontra em atraso, no que diz respeito à sua implementação. Em relação a este fato, o Ofício SEFAZ/SGAB nº 866/2018, em resposta ao Ofício SEI nº 32/2018/CSRRF-MF, informa que a medida será descontinuada na atualização do PRF-RJ, devido à publicação da Lei estadual nº 7.941/2018, que veda a extinção de sociedades de economia mista e empresas estaduais.

Quando analisadas em conjunto, as medidas de caráter continuado de receitas e despesas produzem impacto acumulado de cerca de R$ 7,7 bilhões, ficando R$ 1,5 bilhão acima do previsto. As citadas frustrações estão sendo compensadas pelo bom desempenho das demais medidas que impactam o ICMS, notadamente, conforme já noticiado em relatórios anteriores, pela Revisão do Repetro, que acumula valor R$ 1,05 bilhão acima do esperado, bem como a Alteração de Alíquotas de ICMS e a Revisão dos Incentivos Fiscais.

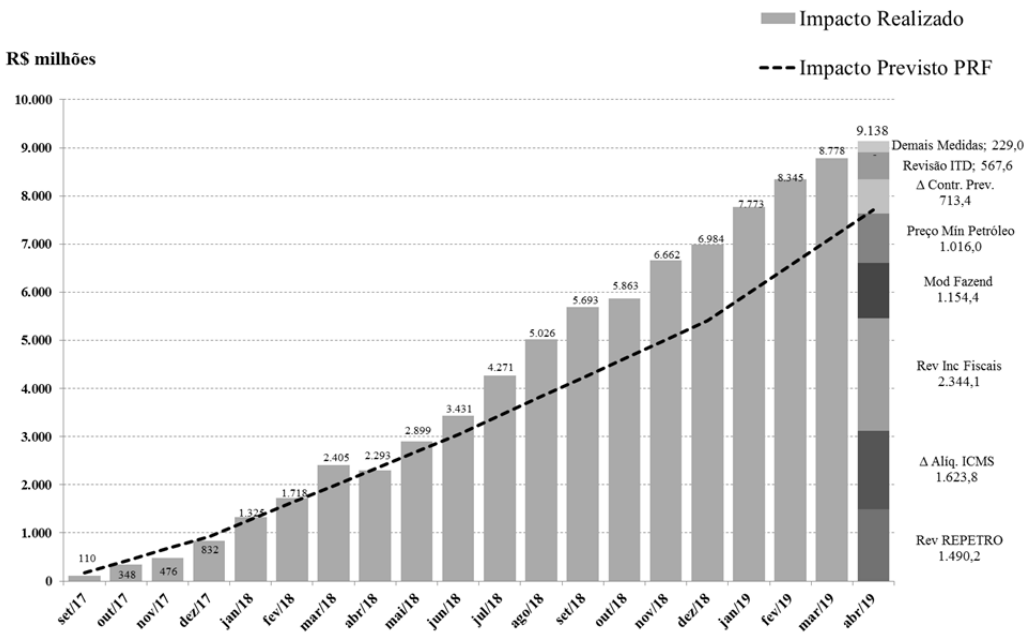
As maiores frustrações, considerando o impacto acumulado até o mês de referência, ocorreram nas medidas referentes à Auditoria Previdenciária, no valor de R$ 1,19 bilhão, por uma imprecisão na estimativa original do PRF-RJ, que considerou valores acumulados desde 2012, e pela Majoração da Alíquota Previdenciária, no valor de R$ 322 milhões, que teve sua implementação postergada em relação à estimativa inicial.

Já sob o ponto de vista dos resultados financeiros, três medidas se encontram na categoria "abaixo - em alerta", e uma em "abaixo - crítico", resultando em frustração acumulada de cerca de R$ 1,75 bilhão.

A fim de demonstrar a evolução dos impactos observados com a implementação das medidas de caráter continuado ao longo do Plano, apresenta-se o Gráfico 1 abaixo, que apresenta o histórico das medidas do Quadro 1 ao longo do Regime de Recuperação Fiscal, contendo o impacto financeiro realizado comparativamente ao estimado no Plano homologado.

Gráfico 1: Medidas de Caráter Continuado - Evolução Mensal

Realizado vs. Previsto



Fonte: PRF e APTs. Elaboração própria.

As colunas representam a soma dos valores realizados de todas as medidas de caráter continuado, acumulados mês a mês, desde o início do Plano, enquanto que a linha tracejada representa a soma dos impactos financeiros estimados de todas as medidas de caráter continuado previstas. A última coluna contém o detalhamento do impacto realizado de cada medida, destacando assim sua representatividade na soma total do resultado acumulado.

Os gráficos contendo a evolução dos resultados individuais das medidas de caráter continuado foram

inseridos no Anexo B deste relatório. Ressalta-se a importância dos resultados alcançados, uma vez que se trata de medidas cujo impacto ocorrerá ao longo do Plano.

Medidas de Caráter Pontual

O Quadro 3 a seguir apresenta os *status* das medidas de ajuste de caráter pontual, todas de receita, com suas respectivas metas e resultados alcançados até o mês de competência deste relatório.

Quadro 3: Medidas de Caráter Pontual

Medidas de Caráter Pontual	Situação da Medida		Impactos Previstos (R$ Milhões)		Resultado Acumulado Realizado	Diferença Acumulada (Realizado - Previsto)
	Prazo Cronograma	Resultado Financeiro	2017-2020	Até o mês de referência		
Operação de Crédito CEDAE (Anexo 11)*	Implementado	Abaixo Crítico	3.500,0	3.500,0	2.900,0	-600,0
Antecipação de R & PE (Anexo 21)**	Implementado	Conforme o Esperado	3.000,0	3.000,0	4.148,9	1.148,9
Alienação Recursos Remanescentes CEDAE (Sem anexo)	No prazo	Conforme o Esperado	2.000,0	0,0	0,0	0,0
Venda da Folha de Pessoal (Anexo 28)	Implementado	Abaixo - em alerta	1.441,5	1.441,5	1.317,8	-123,7
Antecipação de Concessão da CEG e CEG_RIO (Anexo 29)	Atrasado	Abaixo Crítico	800,0	800,0	0,0	-800,0
Concessão de Linhas de Ônibus (Anexo 30)	Atrasado	Abaixo Crítico	776,6	426,7	0,0	-426,7
Securitização da Dívida (Anexo 24)***	Atrasado	Abaixo Crítico	626,5	837,0	0,0	-837,0
Alienação de Imóveis (Anexo 23)	Atrasado	Abaixo - em alerta	300,0	180,0	9,6	-170,4
Impacto Medidas Pontuais			**12.444,6**	**10.185,2**	**8.376,3**	**-1.808,9**

Fonte: PRF e APTs. Elaboração própria.

*Em que pese a frustração de R$ 600 milhões, esse valor poderá ser compensado quando da efetiva alienação da empresa.

**A antecipação de R&PE realizada a menor foi compensada com uma desaceleração dos pagamentos relativos a operação realizada em 2014.

***O valor da medida considera o valor total da securitização deduzido o efeito financeiro reflexo.

Observando-se as medidas de caráter pontual apresentadas no Quadro 3, verifica-se que quatro se encontram em atraso e impactam negativamente o resultado financeiro acordado no Plano. Além disso, há duas medidas que, apesar de já terem sido implementadas, apresentam resultados financeiros abaixo do esperado. Como consequência, a frustração total acumulada das medidas de caráter pontual é de aproximadamente R$ 1,8 bilhão.

Ressalva-se que, apesar de impactar o fluxo de caixa no curto prazo, a medida denominada "Operação de Crédito de Antecipação da Alienação da CEDAE", que apresenta frustração acumulada de R$ 600 milhões, não impactará o resultado nominal do Plano no longo prazo, por ser operação de antecipação de receita, conforme detalhada no item 01 do Anexo "C" deste relatório.

No que se refere à medida de Securitização da Dívida, o Conselho recebeu, em resposta ao Ofício SEI nº 32/2018/CSRRF-MF, a informação de que a medida será descontinuada na atualização do PRF-RJ, considerando a expectativa de baixo retorno devido ao cenário macroeconômico nacional.

Importa observar que o Estado tem obtido melhores resultados nas medidas de caráter continuado de receita, que vêm compensando as frustrações das medidas de caráter continuado de despesa. Além disso, há atraso ou frustração na grande maioria das medidas pontuais. Tais fatos deverão ser observados criteriosamente na atualização das projeções, para que o Estado pactue medidas que sejam exequíveis.

III - ACOMPANHAMENTO MENSAL DAS VEDAÇÕES

A Lei Complementar nº 159/2017 dispõe, em seu artigo 8º, sobre as vedações impostas ao Estado que aderir ao RRF. O Decreto Federal nº 9.109/2017, que a regulamenta, dispõe no inciso XIV, de seu art. 23, que compete ao Conselho de Supervisão: *"monitorar a observância às vedações estabelecidas no art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017"*.

De acordo com as declarações recebidas, relativas ao mês de abril, houve observância das vedações contidas no art. 8º da LC nº 159/2017, com exceção do Poder Executivo, que este mês, assim como nos meses de dezembro/2018 a abril/2019, não encaminhou a citada declaração.

Para facilitar o entendimento das fases do monitoramento das vedações, conforme dispõe o Decreto nº 9.109/2017, o CSRRF classificou os ofícios enviados aos Poderes, órgãos, entidades ou fundos do Estado do Rio de Janeiro em fases, quais sejam: *conhecimento*, *representação*, *compensação* e *extinção*.

Os ofícios de *conhecimento* são aqueles em que o CSRRF informa aos órgãos acerca de um possível descumprimento de vedação e pede esclarecimentos sobre o fato.

Os ofícios de *representação*, com fulcro no art. 26 do Decreto nº 9.109/2017, são aqueles em que o

CSRRF representa junto às autoridades competentes, ao Governador do Estado e, conforme o caso, aos chefes de Poderes, para que sejam adotadas as devidas providências acerca do descumprimento de vedação.

Os ofícios de *compensação*, com fulcro no art. 27 do Decreto nº 9.109/2017, são aqueles em que o CSRRF, na hipótese de não adoção das providências necessárias à observância ao disposto na Lei Complementar nº 159/2017, solicita ao Governador a compensação financeira acerca do descumprimento de vedação previsto no Regime de Recuperação Fiscal, no prazo de 30 dias.

O ofício de *extinção*, com fulcro no art. 28 do Decreto nº 9.109/2017, é aquele em que o CSRRF, na hipótese de inobservância ao prazo estabelecido no art. 27 do Decreto nº 9.109/2017, encaminha ao Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia) parecer técnico, no qual opinará pela extinção do Regime de Recuperação Fiscal, nos termos do art. 13 da Lei Complementar nº 159/2017, no prazo de 15 dias.

Como decorrência desse procedimento, cabe destacar as seguintes hipóteses de descumprimento de vedações ao Regime de Recuperação Fiscal, previstas no art. 8º da referida Lei Complementar, e que estão sendo monitoradas pelo Conselho.

Ofícios de Conhecimento

1. BILHETE ÚNICO (possível violação ao inciso III). Em 22/1/2019 foi publicada a Lei estadual 8.297, que dispõe sobre a concessão do benefício do Bilhete Único ao usuário que auferir renda mensal de até o valor estabelecido pelo INSS como teto para pagamento de benefícios. O Conselho solicitou ao Secretário de Estado de Transporte, por meio do Ofício SEI N° 30/2019 – CSRRF/ME, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da Lei, visto que, ao estender o benefício do Programa Bilhete Único a um público mais abrangente, ocasionará a majoração do montante a ser subsidiado pelo Estado e poderia ultrapassar o limite imposto no RRF. Como não obteve resposta, o Conselho reiterou a solicitação por meio do Ofício SEI Nº 69/2019/CSRRF-MF em 22/3/2019, o qual foi respondido por meio do Ofício SETRANS/GABSET nº 453/2019. Após análise, o Conselho solicitou novas informações por meio do Ofício SEI N° 108/2019 – CSRRF/ME de 23/5/2019.
2. DPGE (possível violação ao inciso VI). O Conselho enviou o Ofício SEI Nº 6/2019/CSRRF-ME, de 22/01/2019, solicitando informações sobre possível criação e/ou majoração de auxílio-transporte, e obteve como resposta o Ofício DPGERJ/SEGAB/ Nº 74/2019, de 07/02/2019. Com base nas informações prestadas, foi elaborado o Parecer SEI Nº 1/2019/CSRRF-ME, e enviado o Ofício SEI nº 28/2019/CSRRF-ME, em 25/02/2019, informando ao órgão que restou evidenciada a não observância da vedação prevista no RRF, e requerendo a adoção das providências necessárias para adequar o valor fixado para o benefício de seus funcionários aos ditames do inciso VI do art. 8º da LC nº 159/2017, fixando-se o prazo de trinta dias para providências. Em 28/2/2019, o Conselho recebeu o Ofício DPGERJ/SEGAB/ N° 131/2019, contendo informações adicionais e Pedido de Reconsideração. Em 3/4/2019 o CSRRF enviou ofício SEI nº 78/2019/CSRRF-ME com questionamento sobre o tema à PGFN.
3. CEPERJ (possível violação ao inciso VI). O Conselho enviou o Ofício SEI Nº 3/2019/CSRRF-ME, de 22/01/2019, solicitando informações sobre possível criação e/ou majoração de auxílio-transporte e auxílio-alimentação, e obteve como resposta o Ofício CEPERJ/PR Nº 193/2019, de 13/02/2019. O Conselho então emitiu o Parecer nº 8/2019, encaminhado ao órgão por meio do Ofício SEI Nº 70/2019/CSRRF-MF, em 22/3/2019, solicitando novos esclarecimentos. Em 26/4/2019 foi enviado o Ofício SEI Nº 97/2019/CSRRF-ME reiterando tal solicitação. Em resposta foi recebido, em 4/6/2019, o Ofício CEPERJ/PR nº 122/2019 que se encontra em análise.
4. CODIN (possível violação ao inciso VI). O Conselho enviou o Ofício SEI Nº 4/2019/CSRRF-ME, de 22/01/2019, solicitando informações sobre possível criação e/ou majoração de auxílio-saúde, e obteve como resposta o Ofício CODIN/PR Nº 063/2019, de 30/01/2019. Por meio do Ofício SEI Nº 91/2019/CSRRF-ME, de 24/04/2019, o CSRRF solicitou informações suplementares. As informações foram encaminhadas por meio do Ofício CODIN/PR nº 192/2019 em 3/5/2019. Em 31/5/2019 foi enviado o Ofício SEI nº 117/2019/CSRRF-ME com o encaminhamento do Parecer SEI nº 14/2019/CSRRF-ME que solicita readequação de seu Plano de Saúde vigente, por não ser possível qualquer reajuste no Plano, a partir da homologação do PRF até o fim da vigência do RRF.
5. DETRAN (possível violação ao inciso VI). O Conselho enviou o Ofício SEI Nº 5/2019/CSRRF-ME, em 23/01/2019, solicitando informações sobre possível criação e/ou majoração de auxílio transporte, com prazo de quinze dias para resposta, o qual não foi atendido. Assim, a solicitação foi reiterada através do Ofício SEI Nº 63/2019/CSRRF-ME. Obteve como resposta o Ofício DETRAN/RJ PRESI Nº 176/2019. Com base nas informações então prestadas, foi enviado o Ofício SEI nº 81/2019/CSRRF-ME, em 15/4/2019, solicitando novas informações. Diante da ausência de resposta foi enviado o Ofício SEI Nº 118/2019/CSRRF-ME, em 24/5/2019, reiterando a solicitação.
6. SES (possível violação ao inciso VI). O Conselho enviou o Ofício SEI Nº 13/2019/CSRRF-ME, em 23/01/2019, solicitando informações sobre possível criação e/ou majoração de auxílio-saúde, e obteve como resposta o Ofício SES/GS/CG nº 084/2019, em 19/02/2019. Em 08/04/2019 foi encaminhado o Ofício SEI Nº 79/2019/CSRRF-ME ao presidente do Instituto Vital Brazil, solicitando esclarecimentos sobre o possível descumprimento de vedação. Em resposta foi recebido, em 24/4/2019, o Ofício IVB DP nº 138/2019. Após análise o Colegiado enviou, em 31/5/2019, o Ofício SEI nº 121/2019/CSRRF-ME solicitando informações adicionais.

7. FISED (possível violação ao inciso VI). O Conselho enviou o Ofício SEI Nº 19/2019/CSRRF-MF, em 23/01/2019, solicitando informações sobre possível criação e/ou majoração de auxílio transporte, com prazo de quinze dias, mas não recebeu resposta no prazo determinado. Assim, a solicitação foi reiterada através do Ofício SEI Nº 65/2019/CSRRF-ME, em 13/3/2019. Em resposta, foi recebido o Ofício PMERJ/GCG SEI-RJ n° 62/2019 cujos anexos referenciados não foram, de fato, enviados. O CSRRF solicitou a documentação referenciada por meio do Ofício SEI nº 116/2019/CSRRF-ME de 24/5/2019.
8. UERJ (possível violação ao inciso VI). O Conselho enviou o Ofício SEI Nº 25/2019/CSRRF-MF, de 29/1/2019, solicitando o envio de informações sobre possível criação e/ou majoração de auxílio transporte, no prazo de quinze dias. Em 13/3/2019 a solicitação foi reiterada por meio do Ofício SEI Nº 67/2019/CSRRF-MF. Pela similaridade do tema, o CSRRF aguarda o parecer PGFN solicitado por meio do ofício SEI nº 78/2019/CSRRF-ME (DPGE) para posterior análise.
9. SETUR (possível violação ao inciso X). O Conselho enviou o Ofício SEI nº 49/2019/CSRRF-MF, em 22/2/2019 e recebeu como resposta o Ofício SETUR/GS nº 124/2019. O Conselho encaminhou questionamentos à PGFN, por meio do Ofício SEI nº 106/2019/CSRRF-ME, tratando das exceções à vedação imposta no inciso X do art. 8º da LC nº 159/2017.
10. LOTERJ (possível violação ao inciso X). O Conselho enviou o Ofício SEI nº 51/2019/CSRRF-MF, em 21/2/2019, e recebeu como resposta o Ofício LOTERJ GABPR nº 61/2019. O Conselho encaminhou questionamentos à PGFN, por meio do Ofício SEI nº 92/2019/CSRRF-ME, tratando das exceções à vedação imposta no inciso X do art. 8º da LC nº 159/2017. O CSRRF recebeu o parecer PGFN com manifestação parcial sobre o assunto e aguarda a análise final de mérito.
11. DETRAN (possível violação ao inciso X). O Conselho enviou o Ofício SEI nº 53/2019/CSRRF-MF, em 22/2/2019, que não teve resposta. O Conselho reiterou a solicitação por meio do Ofício SEI nº 73/2019/CSRRF-MF em 22/3/2019. Em resposta, o órgão encaminhou pedido, através do Ofício DETRAN-RJ/PRESI n° 197/2019, para que os questionamentos relativos a despesas com publicidade e propaganda fossem encaminhados à Subsecretaria de Comunicação Social (SECCG) da SEGOV. Deste modo, o Conselho encaminhou à SECCG o Ofício SEI nº 83/2019/CSRRF-ME, em 24/04/2019, solicitando informações sobre o processo e o Ofício SEI nº 119/2019/CSRRF-ME, em 28/5/2019, reiterando a solicitação.
12. PISO REGIONAL (possível violação do inciso I). Em 19/5/2019, o CSRRF enviou o Ofício SEI nº 109/2019/CSRRF-ME, ao Governador do Estado do Rio de Janeiro e ao Secretário de Estado de Fazenda, contendo questionamento acerca do artigo 5º da Lei 8.315/2019.
13. UEZO (possível violação do inciso VI). Em 7/5/2019, o CSRRF enviou o Ofício SEI nº 103/2019/CSRRF-ME, a reitora da Universidade com questionamento acerca do disposto na Portaria UEZO nº 8 de 5/4/2019. Recebeu em resposta o Ofício UEZO/REITORIA nº 087/2019 que após analisado, o Conselho recomendou a não concessão dos auxílios previstos na Portaria. A análise seguiu por meio do Ofício SEI nº 120/2019/CSRRF-ME, em 29/5/2019.

Ofícios de Representação

1. DEGASE (possível violação do inciso IV). Em junho de 2018 houve publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de nomeações no Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE, órgão da Secretaria de Estado de Educação, que tem como missão a execução da política de atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei. O Conselho solicitou informações ao Governo Estadual, que encaminhou resposta preliminar por meio do Ofício Casa Civil nº 950/2018. Após análise das informações prestadas, o Conselho enviou o Ofício SEI nº 59/2018/CSRRF-MF, com o entendimento sobre a matéria, para as devidas providências. Em resposta, este Conselho recebeu o Ofício CC nº 1.313/2018, de 17/12/2018. Tendo considerado as explicações recebidas insuficientes, o CSRRF encaminhou, em 1/2/2019, o Ofício SEI nº 27/2019/CSRRF-ME, reiterando a solicitação de explicações sobre a matéria, e, no caso de confirmação de desconformidade com a Lei Complementar do RRF, a adoção de medidas saneadoras, com prazo de 30 dias. O descumprimento dessa vedação tem um impacto preliminar previsto de R$ 16 milhões para o período do RRF-RJ. O Conselho recebeu em resposta, do Governador do Estado, o Ofício nº 92/2019, em 28/3/2019, com a solicitação de não extinção de cargos, no caso de não haver vacâncias durante o Regime, e sim de controle sobre os mesmos. O Conselho enviou o Ofício SEI Nº 100/2019/CSRRF-ME, em 30/4/2019, ao Subsecretário de Gestão de Pessoas solicitando quais as formas de controle o Estado utilizará sobre os cargos para que não seja necessário extingui-los, a fim de que o Conselho venha a se manifestar de maneira definitiva sobre o assunto. Recebeu em resposta o Ofício SUBGEP nº 6/2019, em 30/5/2019. Em 4/6/2019 foi enviado o Ofício SEI nº 123/2019/CSRRF-ME com a solicitação de prazo para o efetivo cumprimento da demanda.
2. UEZO (possível violação do inciso IV). Relativamente às nomeações para professores, ocorridas em 29 de agosto de 2018, da Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste – UEZO, considerando a ampliação do entendimento acerca do inciso IV, art. 8º da LC nº 159/2017, este CSRRF encaminhou ao Exmo. Governador o Ofício SEI nº 66/2018/CSRRF-MF, em que solicita a adoção de providências para a extinção dos cargos cuja remuneração seja igual ou superior à dos nomeados acima das vacâncias ocorridas no curso do RRF-RJ. Em resposta, em 17/12/2018, o CSRRF recebeu o Ofício CC nº 1.314/2018. Tendo considerado as explicações recebidas insuficientes, o CSRRF encaminhou, em 31/01/2019, o Ofício SEI nº 21/2019/CSRRF-ME ao Estado solicitando a adoção de medidas saneadoras no prazo de 30 dias. O descumprimento dessa

vedação tem um impacto preliminar previsto de R$ 3,6 milhões para o período do RRF-RJ. O Conselho recebeu em resposta, do Governador do Estado, o Ofício nº 95/2019, em 28/3/2019, com a solicitação de não extinção de cargos no caso de não haver vacâncias durante o Regime e sim de controle sobre os mesmos. O Conselho enviou o Ofício SEI Nº 102/2019/CSRRF-ME, em 30/4/2019, ao Subsecretário de Gestão de Pessoas solicitando quais as formas de controle o Estado utilizará sobre os cargos para que não seja necessário extingui-los a fim de que o Conselho venha a se manifestar de maneira definitiva sobre o assunto. Recebeu em resposta o Ofício SUBGEP nº 6/2019, em 30/5/2019. Em 4/6/2019 foi enviado o Ofício SEI nº 123/2019/CSRRF-ME com a solicitação de prazo para o efetivo cumprimento da demanda.

3. UERJ (possível violação ao inciso III). Em 27 de dezembro de 2018 foi publicada a Lei nº 8.267, que versa sobre o aperfeiçoamento da carreira docente e o regime de trabalho de tempo integral com dedicação exclusiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. O Conselho solicitou explicações ao Reitor da Universidade, por meio do Ofício SEI nº 18/2019-CSRRF-ME, de 20/1/2019, e recebeu em resposta o Ofício UERJ/GR nº 58/2019, de 11/2/2019, com a informação de que não há alteração de valor para os ativos, mas que não há como se calcular o valor do impacto para os inativos, visto que depende de opção de regime do servidor, quando da aposentação. Diante da real possibilidade de aumento de despesas com pessoal, o Conselho, em 25/2/2019, por meio do ofício SEI nº 57/2019 – CSRRF/ME, representou ao Governador do Estado, solicitando providências no prazo de 30 dias. Diante da ausência de resposta, em 13/5/2019 a solicitação foi reiterada por meio do Ofício SEI nº 107/2019/CSRRF-ME.
4. IEEA (possível violação ao inciso I e III). Em dezembro de 2018, foi publicada a Lei nº 8.245, que versa sobre novos critérios para progressão dos servidores do Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura – IEEA. O Conselho solicitou explicações ao presidente do Instituto, por meio do Ofício SEI nº 14/2019-CSRRF-ME, de 19/1/2019, e recebeu em resposta o Ofício IEEA/PRES nº 18, com a informação de que, com base nas mudanças de níveis entre janeiro/2017 e dezembro/2018, alcançados pela citada lei, consta o impacto financeiro mensal de R$ 1.084.821,53, que apenas ocorrerá quando da implantação das progressões aos servidores integrantes da carreira do Instituto. Diante da real possibilidade de aumento de despesas com pessoal, o Conselho, em 25/2/2019, por meio do Ofício SEI nº 54/2019 – CSRRF/ME, representou ao Governador do Estado, solicitando providências no prazo de 30 dias. Em 14/5/2019, o Ofício SEI nº 104/2019/CSRRF-ME reiterou a representação. A resposta do IEEA foi realizada por meio do Ofício IEEA/PRES nº 056/2019 de 25/4/2019 e se encontra em análise.
5. CEASA (possível violação ao inciso VI). O Conselho enviou o Ofício SEI Nº 2/2019/CSRRF-ME, de 22/1/2019, solicitando informações sobre possível criação e/ou majoração de auxílio alimentação, e obteve como resposta o OF. CEASA/RJ/PRESI nº 013/2019, de 5/2/2019. Com base nas informações então prestadas, foi elaborado o Parecer SEI Nº 4/2019/CSRRF-ME, e enviado o Ofício SEI nº 32/2019/CSRRF-ME, em 25/02/2019, com a informação de que restou evidenciada a não observância ao inciso VI, especificamente em relação à majoração do vale-alimentação de seus funcionários, e solicitando a adoção das providências necessárias para adequar o valor fixado aos ditames do inciso VI do art. 8º da LC nº 159/2017, fixando-se o prazo de 30 dias. Diante da ausência de resposta, em 13/5/2019 a solicitação foi reiterada por meio do Ofício SEI nº 105/2019/CSRRF-ME.
6. ALERJ (possível violação ao inciso X). O Conselho enviou o Ofício SEI Nº 40/2019/CSRRF-MF, em 21/2/2019, com prazo de quinze dias, o qual não teve resposta. O Conselho reiterou a solicitação por meio do Ofício SEI nº 71/2019/CSRRF-MF, em 22/3/2019. Tendo em vista a ausência de resposta aos dois ofícios anteriores, em 29/4/2019 foi enviado o Ofício SEI Nº 98/2019/CSRRF-MF de representação ao Governador do Estado do Rio de Janeiro para as providências de compensação dos valores.
7. SEAPPA (possível violação ao inciso X). O Conselho enviou o Ofício SEI nº 52/2019/CSRRF-MF, em 22/2/2019, com prazo de quinze dias, que não teve resposta. O Conselho reiterou a solicitação por meio do Ofício SEI Nº 72/2019/CSRRF-MF em 22/3/2019. Em 29/4/2019 foi enviado o Ofício SEI Nº 99/2019/CSRRF-MF de representação ao Governador do Estado, tendo em vista a falta de resposta aos ofícios anteriores. Em 15/5/2019 foi recebido da SEAPPA o Ofício de resposta DGAF nº 085/2019 que se encontra em análise. Entretanto, em virtude de ausência de documentos referenciados no ofício, foi enviada correspondência eletrônica em 29/5/2019 solicitando os referidos documentos, cujo encaminhamento ocorreu em 30/5/2019. O assunto se encontra em análise.

Ofícios de Compensação

1. PISO REGIONAL (possível violação do inciso I). Em abril de 2018, o CSRRF enviou o Ofício SEI nº 10/2018/CSRRF-MF, ao Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento, contendo questionamento acerca do artigo 4º da Lei 7.898/2018, que assim dispôs: "O servidor do Estado do Rio de Janeiro e seus aposentados e pensionistas, não poderão receber remuneração inferior ao piso regional estabelecido no inciso I desta Lei". O valor referenciado é de R$ 1.193,36, e seria complementado na remuneração do servidor que percebesse importância inferior a este montante. Solicitou-se estimativa do impacto do reajuste aprovado na referida Lei sobre os gastos do Estado, em especial: (i) folha de pessoal; (ii) contratos temporários. Foi encaminhada resposta em 25/7/2018, por meio do Ofício SEFAZ/SGAB nº 647/2018, com a informação de que o impacto anual seria de cerca de R$ 63,4 milhões. O descumprimento dessa vedação tem um impacto preliminar previsto de R$ 317 milhões para o período do RRF-RJ.

Sobre o mesmo tema, em setembro de 2018, o CSRRF enviou o Ofício SEI nº 53/2018/CSRRF-MF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, solicitando posicionamento sobre se a Lei Estadual nº 7.898/2018 deveria ser considerada como uma violação aos incisos I e VIII do art. 8º da LC nº 159/2017. A PGFN se pronunciou, por meio dos Pareceres SEI nº 303/2018/CPN/PGACA/PGFN-MF e nº 470/2018/CAF/PGACFSS/PGFN-MF, de que constitui vedação ao inciso I da Lei Complementar nº 159/2017 o previsto no artigo 4º da Lei Estadual nº 7.898/2018, e que o reajuste ou adequação de remuneração não se enquadraria na previsão de revisão geral anual, disposta no inciso X do caput do a//rt.37 da Constituição Federal.

Dessa forma, em dezembro de 2018, o CSRRF enviou o Ofício SEI nº 64/2018/CSRRF-MF, ao Governador em exercício, solicitando providências que viabilizassem a fiel observância da Lei e destacando que o descumprimento de vedação prevista no inciso I do artigo 8º da Lei Complementar nº 159/2017 é causa de extinção do RRF. Em 20/1/2019, o CSRRF, por meio do Ofício SEI nº 16/2019/CSRRF-ME, reiterou a solicitação ao Estado. O Conselho recebeu em resposta, do Governador do Estado, o Ofício nº 93/2019, em 27/3/2019, solicitando dilação de prazo, pois havia solicitado posicionamento da Procuradoria Geral do Estado, e, se for o caso, providenciará a compensação dos valores. Em 15/5/2019, o Ofício SEI nº 111/2019/CSRRF-ME insta o governador a compensar os efeitos financeiros da não observância da vedação.

2. REGIME ADICIONAL DE SERVIÇO DA POLÍCIA CIVIL E DA POLÍCIA MILITAR (possível violação do inciso I). Por meio do Decreto nº 46.646, de 2/5/2019, o governador do estado do Rio de Janeiro revisou e atualizou os valores do Regime Adicional de Serviço dos servidores da Secretaria de Estado da Polícia Militar e da Secretaria de Estado da Polícia Civil em 48,04%. O referido decreto dispôs que cabe à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, à Secretaria de Estado de Fazenda, à Secretaria de Estado da Polícia Militar e à Secretaria de Estado da Polícia Civil adotar as medidas necessárias para compensar os efeitos financeiros da majoração dos valores da RAS e atender as exigências do Regime de Recuperação Fiscal. Dessa forma, a Subsecretaria de Política Fiscal encaminhou o Processo SEI nº 12.105.100/467/2019-88 ao CSRRF para que avaliasse se as medidas compensatórias detalhadas nas Notas Técnicas 001/2019 da Polícia Civil e 001/2019 da Polícia Militar atendem as exigências da Lei Complementar Federal nº 159/2017 e do Decreto Federal nº 9.109/2017. Por meio do Ofício SEI nº 113/2019/CSRRF-ME, de 21/5/2019, foi enviado à Secretaria de Estado da Polícia Civil o Parecer SEI nº 16/2019/CSRRF-ME. Em 4/6/2019 foi enviada resposta à Nota Técnica da Polícia Militar por meio do Ofício SEI nº 124/2019/CSRRF-ME com solicitação de confirmação das informações recebidas, em face ao posicionamento do Conselho sobre as compensações apresentadas..

Outros Casos

Em março de 2019, o CSRRF enviou ao Secretário de Estado da Casa Civil e Governança o Ofício SEI nº 76/2019, em que solicita informações do sistema SIGRH em forma de tabelas padronizadas, para que possa melhor acompanhar as despesas de pessoal. Em maio de 2019, o mesmo ofício foi enviado ao Subsecretário de Gestão de Pessoas.

Em abril de 2019 o Conselho recebeu ofício RIOPREV/PRE nº 275/2019, oriundo do Rioprevidência, com consulta acerca de nomeações em vagas decorrentes de vacância de cargo efetivo durante a vigência do RRF. Por meio do Ofício SEI nº 110/2019/CSRRF-ME o Colegiado se manifestou no sentido de não vislumbrar óbices a eventual admissão dentro do quantitativo de cargos efetivos tornados vagos após a homologação do Plano de Recuperação Fiscal.

Em maio de 2019, o CSRRF recebeu o Ofício SECCG nº 462/2019 da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, que envia os Relatórios de Auditoria nº 002/2019 e nº 003/2019, elaborados pela Controladoria Geral do Estado, referentes aos serviços com propaganda e publicidade da Secretaria de Estado de Turismo e da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.

Ainda em maio de 2019 a Subsecretaria de Política Fiscal encaminhou o Processo SEI nº 12.105.100509/2019-81, para ciência do Conselho a cerca do Projeto de Lei nº 4154/2018, que tramita na ALERJ, que acrescenta dispositivos à Lei 4892/2006 e que dispõe sobre os produtos que compõe a cesta básica no âmbito do ERJ. Apesar dos produtos da cesta básica estarem amparados pelo Confaz, o que não os titula como vedação ao RRF, conforme disposto no inciso IX do art. 8º da LC nº 159/2017, o Colegiado se pronunciou por meio do Ofício SEI nº 115/2019/CSRRF-ME, de 23/5/2019, solicitando o envio das estimativas de impacto em termos de renúncia de receita decorrentes de tal modificação, uma vez que o Conselho também possui como atribuição acompanhar as contas do Estado e zelar pelo atingimento do equilíbrio visado como fim último do RRF-RJ.

O CSRRF foi instado a analisar, e no caso a se manifestar, no Processo SEI nº 00049.000039/2019-99, acerca do Ofício do Sr. Governador do ERJ endereçado ao Sr. Presidente da República. O tema que coube ao Conselho versa sobre sua rigidez na observância do art. 8º da LC nº 159/2017. A manifestação do Conselho foi materializada por meio de despacho no próprio processo, em que além de discorrer sobre sua atribuição de verificar a observância das vedações dispostas na Lei Complementar e no Decreto, trouxe em seu Relatório Mensal, referente ao mês de março de 2019, entendimentos do Colegiado sobre as vedações.

IV – ENTENDIMENTOS DO CONSELHO

A Lei Complementar nº 159/2017 traz diversas obrigações ao Estado em recuperação fiscal, cujo monitoramento é atribuição do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal.

Tendo em vista ineditismo da Lei Complementar e da matéria em questão, resolveu-se inserir no relatório mensal simplificado tópico acerca de entendimentos deste Colegiado, a seguir expostos.

1. Possibilidade de nomeação de servidor para cargo efetivo sem vacância durante o Regime de Recuperação Fiscal, desde que haja extinção de outro cargo vago durante o Regime de Recuperação Fiscal e que a remuneração entre eles seja compatível.

Em um primeiro momento, quando da entrada em vigor do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, o Conselho se deparou com dúvida acerca da extensão e do alcance do termo "vacância" para fins de aplicação das vedações do artigo 8º da Lei Complementar nº 159/2017, consultando na ocasião o órgão jurídico acerca da matéria.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio do Parecer nº 44/2018, assim se manifestou, em linhas gerais:

> *"18. Ante o exposto, e considerando a estrita competência desta Coordenação-Geral de Pessoal e Normas, entendemos:*
>
> *a) a Lei Complementar nº 159, de 2017, estabelece que o* ***ato de homologação do Presidente da República é o início da vigência do RRF, incidindo, a partir deste momento, as proibições elencadas em seu art. 8º****;*
>
> *b) as* ***vacâncias*** *de que trata a norma são, também,* ***aquelas ocorridas a partir da vigência do RRF****. Em outras palavras,* ***a partir do momento do ingresso no RRF****, consubstanciado no ato de homologação, o Estado estará proibido de admitir ou contratar pessoal ou de realizar concurso público para ingresso na carreira, exceto para repor as vacâncias que ocorrerem durante a vigência do RRF;*
>
> *d) o art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017, cria vedações para o Estado ingressante no RRF a partir do início de sua vigência. Dessarte, o momento a partir do qual incide as indigitadas vedações deve, igualmente, servir de critério para solucionar o segundo questionamento.* ***A vacância que propicia a necessidade de preenchimento de vaga para ingresso na carreira é tão somente aquela originada na vigência do RRF****". (grifou-se)*

Passando a análise de caso concreto, foi encaminhado pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, pelo então Interventor Federal e pelo Secretário de Estado de Segurança o Ofício GG nº 166/2018, solicitando emissão de parecer favorável deste Colegiado sobre a possibilidade de nomeação e posse de 96 (noventa e seis) candidatos aprovados no concurso público para preenchimento do cargo de Papiloscopista Policial de 3ª Classe do Quadro Permanente de Pessoal da Polícia Civil.

O primeiro entendimento do Conselho de Supervisão respaldado no Parecer nº 44/2018 da PGFN era de que apenas poderiam ser preenchidos os cargos vagos durante o período do Regime de Recuperação Fiscal, a partir de 6 de setembro de 2017.

Entretanto, após análise detalhada dos relatórios de acompanhamento da despesa de pessoal proveniente da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (competência abril/2018) verificou-se substancial quantitativo de outros cargos vagos durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal.

Dessa forma, considerando os princípios que regem o Regime de Recuperação Fiscal e que seu principal objetivo é a readequação das finanças do Estado, foi realizada nova consulta sobre assunto em tela na qual o Conselho suscitou à PGFN sobre a possibilidade jurídica de que o Estado do Rio de Janeiro, no momento em que identificar a necessidade de nomeação de servidores em cargos no qual não existam vacâncias ocorridas durante o período do Regime de Recuperação Fiscal, pudesse extinguir cargos vagos em outras carreiras, observadas as devidas proporções remuneratórias entre os cargos a serem nomeados e os cargos a serem extintos.

Na oportunidade, a PGFN por meio do Parecer nº 272/2018, com propriedade, se manifestou, assim concluindo:

> *"25. Ante o exposto, e considerando a estrita competência desta Coordenação-Geral de Pessoal e Normas em matéria de direito administrativo, entendemos:*
>
> *a) por meio do* ***art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017, o legislador objetivou evitar que o Estado incorresse em aumento de despesa ou em renúncia de receita****, pois ambas as situações levariam, no entender do legislador, a uma condição de deterioração das contas públicas, incompatível com um Estado que almeja se reequilibrar do ponto de vista fiscal;*
>
> *b)* ***ao optar pela extinção de cargos a que teria direito de repor a vaga (surgida durante o Regime), a fim de prover cargos cuja vacância ocorreu antes do ingresso no Regime de Recuperação Fiscal, e desde que observadas as devidas proporções remuneratórias entre os cargos a serem providos e os cargos a serem extintos, não haveria vulneração da ratio do art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017****;*
>
> *c) A Lei Complementar nº 159, de 2017, a qual institui o Regime de Recuperação Fiscal, é uma norma extremamente recente e inovadora no ordenamento jurídico brasileiro, não havendo, por isso, uma experiência jurídica prévia, lastreada em pacífica jurisprudência e doutrina, que norteie, com segurança, a sua aplicação, principalmente no que tange a dúvidas e fatos novos que, naturalmente, surgem à medida que avança o tempo*
>
> *d) a leitura aqui realizada do inciso IV do art. 8º da Lei Complementar nº 159, de*

2017, é apenas uma das interpretações possíveis da norma e pode não ser coincidente com a interpretação a ser dada pelos ***órgãos de controle ou pelo Poder Judiciário;***

e) ***a interpretação aqui feita resultará num maior ônus para o CSRRF, pois demandará o controle específico e contínuo sobre os respectivos parâmetros de despesas com pessoal, a fim de verificar se está sendo mantido o nível de despesa que se propunha com a extinção dos cargos vagos após o ingresso no Regime de Recuperação Fiscal para provimento dos cargos vagos antes do ingresso no Regime de Recuperação Fiscal****;*

f) a presente análise é realizada sob o âmbito da Lei Complementar nº 159, de 2017, motivo pelo qual eventuais óbices jurídicos decorrentes da legislação estadual não foram e nem poderiam ser objeto do presente exame;

(...);

h) ***cabe ressaltar o caráter meramente opinativo do presente Parecer,*** *cujo entendimento pode ou não ser acatado pelas autoridades integrantes do CSRRF, e não afasta a responsabilidade de tais autoridades na tomada de decisões, à luz de seu papel supervisor, nos termos da Lei Complementar nº 159, de 2017. (grifou-se)"*

Após manifestação da douta Procuradoria da Fazenda Nacional, este Colegiado enviou Ofício nº 55/2018/CSRRF/MF, de 26 de setembro de 2018, para o Exmo. Senhor Governador, Interventor Federal na Segurança Pública, bem como Secretário de Estado de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, com seguinte entendimento:

"6. O que se pretendeu nessa consulta à PGFN, por este Conselho de Supervisão, foi realizar uma ***análise transversal da proibição insculpida no art. 8º, inciso IV da Lei Complementar nº 159/2017****, segundo a qual não seria necessário observar restritivamente a ocorrência de vacâncias para cada cargo público em separado, mas sim no conjunto de cargos que compõem o Quadro de servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro.*

7. Sobre o tema, faz-se importante consignar que esse ***entendimento está em consonância com os princípios previstos no §1º, do art. 1º da mencionada lei complementar, e ainda em consonância com a desejável transparência das contas públicas e da sustentabilidade econômico-financeira****.*

8. Passando para análise do referido parecer jurídico, ***este Conselho entende haver possibilidade de nomeações de cargos públicos em decorrência de vacâncias anteriores ao ingresso no Regime de Recuperação Fiscal, desde que o Governo do Estado promova a extinção de outros cargos que se tornaram vagos durante o Regime****.*

9 . ***Além da extinção dos cargos, o Governo do Estado deverá observar a correspondência entre o valor total das novas nomeações, com o daquele que se pretende extinguir****, sendo que essa correlação deverá estar prevista no próprio ato de nomeação, para que o Conselho possa realizar seu mister de monitorar as vedações insculpidas na Lei Complementar nº 159/2017, reforçado pelo disposto no citado Parecer da PGFN.*

10. Não se pode olvidar também que, além da extinção de cargos com valor total equivalente no que tange às remunerações, ***é necessária a existência de*** **cargos vagos (mesmo que em período anterior ao ingresso no Regime de Recuperação Fiscal) para que haja as nomeações**. (grifou-se)".

Dessa forma, o Conselho amplia seu entendimento sobre a matéria pela possibilidade de nomeação de cargos, desde que sejam extintos cargos de outras carreiras ocorridas durante o Regime de Recuperação Fiscal, que a remuneração entre eles sejam compatíveis e que existam cargos vagos na carreira.

Por fim ressalva que tal entendimento não afasta eventuais questionamentos futuros de outros órgãos de controle, pois este CSRRF se limita a opinar sobre questões atinentes às regras do Regime, para fins de monitoramento, conforme as atribuições legais contidas na Lei Complementar nº 159/2017, bem como no Decreto nº 9.109/2017, que a regulamenta.

2. Impossibilidade de aplicação do inciso VIII, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 159/2017 para majorar ou reajustar despesas com pessoal (auxílios, vantagens, bônus, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza)

Em dezembro de 2018, o Conselho emitiu Parecer SEI nº 06/2018/CSRRF-MF recomendando suspensão cautelar do contrato firmado entre o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a empresa Green Card para fornecimento de auxílio alimentação/refeição, por meio de cartão magnético, tendo em vista o contrato estar em desconformidade com o Plano de Recuperação Fiscal.

O caso em questão se deu tendo em vista a majoração do auxílio alimentação/refeição ofertado aos servidores daquele Instituto, que resolveu reajustar valores aplicados, haja vista entendimento de que se aplicaria o disposto no inciso VIII, do art. 8º, da Lei Complementar nº 159/2017, que assim dispõe:

Art. 8º São vedados ao Estado durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal:

> *VIII - a adoção de medida que implique* ***reajuste de despesa obrigatória acima da variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)****, ou de outro que vier a substituí-lo, ou da variação anual da receita corrente líquida apurada na forma do inciso IV do caput do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o que for menor. (grifou-se)*

Entretanto, o inciso acima mencionado não trata da vedação referente às despesas com pessoal da Administração Pública Estadual e sim de todas as outras despesas, exceto as de pessoal. Dessa forma, faz-se importante mencionar o contido no inciso VI, do art 8º, da mencionada Lei complementar, que dispõe:

> *Art. 8º São* ***vedados*** *ao Estado durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal:*
>
> *VI - a* ***criação ou a majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza em favor*** *de membros dos Poderes, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, de* ***servidores e empregados públicos*** *e de militares. (grifou-se)*

Sobre a matéria, a douta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional se pronunciou no Parecer SEI nº 470/2018, que em resposta a questionamento feito pelo Conselho em caso concreto, delimitou, com propriedade a hipótese na qual se insere a vedação prevista no inciso VIII, da Lei Complementar nº 159/2017, *in verbis*:

> *15. Cotejando o conceito de "despesa obrigatória" do inciso VIII com o disposto no inciso I do mesmo art. 8º, verifica-se que reajuste de servidor público, a qualquer título, é vedado pelo inciso I, que é norma especial àquela prevista no inciso VIII. Isso significa que a expressão "despesa obrigatória" constante no inciso VIII do art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017,* ***faz referência a outras despesas obrigatórias que não sejam aquelas relacionadas com o funcionalismo público****.*
>
> *16. Essa interpretação sistemática tem fundamento na segurança jurídica e na necessidade de compatibilizar dois dispositivos da mesma legislação. A contrário sensu,* ***se se permitisse o reajuste dos servidores pelos limites quantitativos previstos no inciso VIII, estaria se permitindo a ocorrência da vedação do inciso I, retirando, portanto, sua carga normativa****. O que, do ponto de vista da hermenêutica jurídica, é inaceitável. (grifou-se)*

Após este caso específico, o Conselho realizou extensa verificação acerca da existência de majoração nos gastos com auxílios nos diversos órgãos e entidades do Estado e constatou várias ocorrências de possíveis vedações.

Em alguns casos, os órgãos/entidades justificaram aumento destas verbas remuneratórias com base no permissivo previsto no inciso VIII do art. 8º, da Lei Complementar nº 159/2017, que aceita reajuste com base no índice do IPCA.

Entretanto, este Colegiado informou que se trata de vedação ao Regime de Recuperação Fiscal, haja vista o disposto no inciso VI, do art. 8º, da Lei Complementar nº 159/2017.

Como exemplos de casos concretos temos os ocorridos no RioPrevidência, na Secretaria de Fazenda, no INEA, entre outros, que majoraram auxílios com base no suposto permissivo do inciso VIII, do art. 8º, da Lei Complementar nº 159/2017 e revogaram seus atos após entendimento do Conselho de Supervisão.

Por fim, sobre assunto, merece destaque decisão da Senhora Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que decidiu, por meio do Ato Executivo n° 22.535, de 2/42019, sustar os efeitos de reajustes que seriam aplicados aos auxílios educação, saúde, alimentação e locomoção daquela Corte de Contas, em que pese parecer jurídico favorável para a majoração dos auxílios.

V - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A evolução dos resultados orçamentários e financeiros está demonstrada no Anexo A deste Relatório. Este apresenta quadro com os valores das receitas arrecadadas e das despesas liquidadas no mês de referência, e os totais acumulados desde janeiro de 2017. O quadro contém os valores previstos no PRF-RJ e os realizados. Adicionalmente, traz os valores acumulados para o período compreendido entre 2017 e 2020, considerando vigência inicial de três anos para o Regime de Recuperação Fiscal, e entre 2017 a 2023, considerando-se uma possível prorrogação do RRF para seis anos.

Durante a execução mensal do Plano, este Anexo A apresentará apenas o resultado orçamentário e o resultado primário fiscal para os períodos considerados. Dada a dificuldade de apuração mensal dos restos a pagar ao longo do exercício, os resultados *primário ajustado* e *nominal* (apurados pelo regime de competência, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 17, do Decreto nº 9.109/2017), serão apresentados somente nos relatórios referentes ao mês de encerramento do ano fiscal. Ressalta-se que a Resolução CSRRF nº 02/2018 contém a análise dos resultados primário e nominal de 2017 e a Resolução CSRRF nº 14/2019 contém a análise dos resultados de 2018.

A seguir estão discriminadas as principais diferenças entre o desempenho previsto e o realizado nas receitas, conforme se constata da análise do Quadro I do Anexo A, com seus respectivos valores acumulados de janeiro de 2017 a abril de 2019, resultando superávit de receita acumulada de cerca de R$ 1,5 bilhão.

Quadro 4 – Desempenho das Receitas do Estado

Jan/2017 a Abr/2019

Desempenho da Receita PRF/RJ (em R$ milhões - acumulado até Abril/2019)			
Item de Receita	**Diferença acumulada até o mês de referência**	**Frustração / Excesso**	**Observações**
Receitas Tributárias	688,1	Excesso	Apenas a arrecadação do IRRF e de outras receitas tributárias tiveram desempenho positivo no acumulado do ano.
Receitas de Contribuições	1.503,4	Excesso	
Receita Patrimonial	494,0	Excesso	Este suposto excesso de arrecadação contempla a quantia de R$ 1,32 bilhão obtida com a venda da folha em 2017. Ressalta-se que quando da elaboração do PRF o impacto previsto para esta medida foi alocado na rubrica de "Diversas Receitas Correntes". Além disso o resultado é impactado pelo atraso na implementação das medidas: Antecipação da CEG e CEG-Rio (R$ 800 milhões) e Concessão das Linhas de Ônibus (R$ 426 milhões).
Transferências Correntes	8.683,0	Excesso	Destaca-se o impacto das receitas advindas de Royalties e Participações Especiais, com realização de R$ 9,27 bilhões acima do previsto no Plano até abril/2018.
Demais Receitas Correntes	(4.690,5)	Frustração	A Antecipação de Royalties & PE (R$ 3,0 bilhões) foi prevista nesta rubrica de receita originalmente no Plano, porém a entrada dos recursos se deu em RECEITAS DE CAPITAL.
Receitas de Capital	(5.171,9)	Frustração	Resultado impactado negativamente pela frustração na receita de operação de crédito de Antecipação de alienação da CEDAE (R$ 600 milhões) e diferença no desembolso de demais Operações de Crédito em andamento pelo ERJ (R$ 3,75 bilhão). Por outro lado, houve impacto positivo à conta de Alienação de Bens, onde foi computada a entrada de recursos provenientes da operação de securitização de R&PE, no valor de R$ 1,86 bilhão.
Total	**1.506,0**	**Excesso**	

Fonte: Siafe-Rio e PRF-RJ. Elaboração Própria.

Em relação às despesas totais, conforme se constata da análise do Quadro II do Anexo A, com seus respectivos valores acumulados de janeiro de 2017 a abril de 2019, o quadro indica uma diferença de cerca de R$ 2,8 bilhões abaixo da previsão constante do PRF-RJ.

A tabela a seguir discrimina os principais grupos de despesa que apresentaram, no período acumulado de janeiro de 2017 a abril de 2019, as maiores diferenças.

Quadro 5 – Desempenho das Despesas do Estado

Jan/2017 a Abr/2019

Desempenho da Despesa PRF/RJ (em R$ milhões - acumulado até Abril/2019)			
Item de Despesa	**Diferença acumulada até o mês de referência**	**Economia / Excesso**	**Observações**
Pessoal e Encargos Sociais	(1.078,7)	Excesso	Houve economia na despesa com Pessoal Ativo, no valor de aproximadamente R$ 2,35 bilhões. Quanto à Despesa com Inativos, os gastos estão acima do previsto em cerca de R$ 2,41 bilhões, dos quais aproximadamente R$ 900 milhões se devem à necessidade de cancelamento de Restos a Pagar de 2017 e posterior reconhecimento de DEA em 2018, o que gerou o aparente aumento da despesa com Inativos e Pensionistas. Outros R$ 1,39 bilhão se devem à diferença acumulada entre a economia prevista e a realizada com a medida de auditoria previdenciária, devido a problemas na metodologia de cálculo apresentada.
Juros e Encargos	3,5	Economia	Diferença acumulada não significativa.
Outras Despesas Correntes	795,9	Economia	As demais despesas correntes ficaram R$ 2,37 bilhões abaixo do esperado entre janeiro e abril de 2019, devido a redução nas despesas com os encargos de antecipação de *Royalties,* invertendo o resultado observado nos meses anteriores.
Despesas de Capital	3.096,3	Economia	A execução abaixo do previsto pode ser explicada, em sua maior parte (cerca de R$ 2,1 bilhões) pela não realização de investimentos que haviam sido previstos originalmente. Inclui também a diferença de cerca de R$ 915 milhões no valor de amortização da Dívida (originalmente, quando da elaboração do PRF-RJ, não havia clareza em relação à metodologia de pagamento e aos valores atrasados a serem amortizados na vigência do Plano, o que causou a diferença apontada).
Total	**2.817,0**	**Economia**	

Fonte: Siafe-Rio e PRF-RJ. Elaboração Própria.

Ao analisar o valor realizado dos exercícios de 2017 e 2018, pode-se observar que houve crescimento de despesa e receita, embora o incremento da receita se deva majoritariamente à arrecadação de *royalties* e participações especiais (receitas de transferências), receita volátil cuja variação é fator exógeno ao esforço do Estado.

Já nos quatro primeiros meses de 2019 observa-se o mesmo comportamento da receita, mas uma inversão no crescimento da despesa que passa a ser de economia, em parte porque o Plano considerou na sua estimativa o valor do 13º salário diluído ao longo do ano e a realização efetiva só ocorre em dezembro.

Quadro 6 – Desempenho das Receitas e Despesas por Exercício

Em milhão

Item	2017			2018			2019 (jan a abr)		
	Previsto	**Realizado**	**Δ**	**Previsto**	**Realizado**	**Δ**	**Previsto**	**Realizado**	**Δ**
Receitas Totais	84.858,9	78.471,5	-6.387,4	82.840,2	87.790,7	4.950,5	28.492,7	31.435,6	2.942,9
Royalties e PE	6.035,9	7.138,4	1.102,5	8.533,9	13.339,8	4.805,9	3.162,2	6.523,0	3.360,8
Despesas Totais	84.755,7	83.851,3	-904,4	82.678,2	84.401,5	1.723,3	28.823,9	25.188,1	-3.635,8

Fonte: Siafe-Rio e PRF-RJ. Elaboração Própria.

Acompanhamento dos Indicadores Fiscais

O Quadro 4 abaixo apresenta, para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, os valores apurados de Receita Corrente Líquida (RCL), Despesa Total com Pessoal (DTP) e Dívida Consolidada Líquida (DCL) do Estado do Rio de Janeiro.

Quadro 7: Despesa com Pessoal e Dívida Consolidada Líquida

Em R$	2017	2018	2019 (2° bim)	Variação 2019/2018	Variação 2019/2017
Receita Corrente Líquida (RCL) - A	50.194.044.675	58.290.777.944	59.577.649.677	2,2%	18,7%
Despesa Total com Pessoal (DTP)[1] - B	28.744.436.312	21.774.752.857	22.260.351.372	-	-
% DTP sobre a RCL - B/A	57%	37%	37%	-	-
Limite Máximo[2]	49%	49%	49%	-	-
Dívida Consolidada Líquida (DCL) - C	135.393.365.028	152.983.971.016	157.234.986.515	-	-
% DCL sobre a RCL - C/A	269,74%	262,45%	263,92%	-	-
Limite Máximo	200,00%	200,00%	200,00%	-	-
Resultado Primário	- 5.964.996.868	1.978.121.380	3.023.753.192	-	-
Resultado Nominal	- 28.165.022.307	- 6.950.199.362	1.466.844.298	-	-

Fonte: RREO e RGF do ERJ. Elaboração própria.

O índice de despesa de pessoal do Poder Executivo sobre a receita corrente líquida apurado em 2019 apresenta resultado de 37%, ficando abaixo do limite máximo, do limite prudencial e do limite de alerta, fixados pela LRF. Este resultado decorreu em especial na arrecadação de *R&PE* vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro e não da diminuição da despesa de pessoal ativo e inativo.

Conforme se observa no Quadro 7, em relação à DCL, houve aumento de aproximadamente 1% em seu percentual em relação à RCL, em 2019 sinalizando que o crescimento da RCL não foi suficiente para suportar o crescimento da DCL.

Reitera-se que, conforme noticiado no relatório referente ao mês de abril de 2018, o Conselho apurou que a renúncia de ações judiciais, nos termos do § 3º do art. 3º da LC nº 159/2017, ocasionou crescimento na dívida consolidada em montante aproximado de R$ 13 bilhões, o que não estava previsto originalmente no PRF-RJ homologado em 2017. Esse fato impacta as despesas com serviço da dívida bem como a relação DCL / RCL, afetando o equilíbrio fiscal do RRF-RJ.

Sobre esse tema, ressalta-se que por meio do Ofício GG nº 432, de 18/12/2018, o Exmo. Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro questionou o então Ministério da Fazenda sobre a metodologia para o recálculo do saldo devedor, após a renúncia das ações judiciais, que resultou no aumento de 13 bilhões do saldo devedor, baseando-se, para tanto, no Parecer nº 43/2018-HBR/PG-15 da Procuradoria Geral do Estado.

Considerando tratar-se de matéria jurídica, a STN encaminhou o questionamento recebido para apreciação da PGFN, não sendo ainda do conhecimento do CSRRF a manifestação porventura proferida pela d. Procuradoria da Fazenda Nacional.

De outra parte, em relação à dívida do Estado com a União, o Conselho recebeu, em 20/12/2018, o Memorando SEI nº 610/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, que trata de manifestação da STN sobre pedido de verificação de limites e condições para realização de aditamento contratual ao amparo dos artigos 3° e 5° da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, feito pelo Governo do Estado, com recomendação para alteração do PRF-RJ com a finalidade de incluir as operações de crédito que não foram abarcadas pela redação original, conforme artigos 5º, parágrafo único, 9º e 10, todos da Portaria MF nº 512/2017, pois entendeu que se tratava de nova operação de crédito não inserida no PRF-RJ e que sua inclusão dependeria de alteração no Plano.

VI - AVALIAÇÃO DE RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em seu Parecer Conjunto nº 001/2017/CORFI/COREM/COPEM/COAFI/COINT/SURIN/STN/MF-DF, examinou os riscos atinentes à implementação das medidas propostas pelo RJ.

Este Conselho optou por adotar a metodologia proposta pela STN, mas, adicionalmente, classificaram-se as medidas quanto ao prazo e continuidade de acordo com a Nota Metodológica disponível no Portal da Transparência do estado do Rio de Janeiro:

- Quanto ao prazo: (i) *curto prazo:* até 12 meses da data da homologação do Plano; (ii) *médio prazo:* acima de 12 meses e abaixo de 36 meses da datada homologação do Plano; e (iii) *longo prazo:* acima de 36 meses da data da homologação do Plano. Essa categorização dá ênfase à necessidade de o Conselho priorizar as medidas que carecem de maior atenção no curto prazo;

- Quanto à continuidade: (i) *pontual* (impacta o fluxo de caixa em um momento específico do Plano); e (ii) *contínua* (impacta o fluxo de caixa de forma contínua, a contar da data de sua implementação). Essa categorização coloca ênfase sobre a probabilidade de o Conselho ter de solicitar a adoção de medidas compensatórias.

No caso de medidas pontuais, eventual atraso na implementação pode não impactar o resultado nominal ao longo do Plano, dispensando a adoção de medidas compensatórias. Entretanto, a compensação se fará necessária se houver frustração na sua implementação.

Já em relação às medidas de caráter continuado, qualquer atraso de execução implica em impacto no

resultado nominal, dando ensejo à necessidade de solicitar a adoção de medidas compensatórias.

Aspecto relevante que deve ser observado foi a promulgação da Lei Complementar Estadual nº 182/2018, a qual previu a revogação do art. 1º da Lei Estadual nº 7.529/2017, que trata da autorização Legislativa para privatização da CEDAE. Essa previsão, constante do art. 22 da mencionada lei complementar, foi originalmente vetada pelo Governador do Estado, porém o veto foi derrubado pela ALERJ e o Estado ajuizou ação judicial para suspender o citado artigo.

Em 17/12/2018, o Órgão Especial do TJ-RJ suspendeu, em caráter liminar, a emenda aprovada pela ALERJ que desautoriza a venda da CEDAE, sob o argumento de quebra de confiança e de segurança jurídica no processo de recuperação fiscal. Tal fato é de grande relevância para a retomada do equilíbrio das contas públicas, pois o excedente obtido com essa alienação se prestará à liquidação de passivos do Estado.

No mesmo sentido, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro promulgou a Lei nº 8.071, de 27 de agosto de 2018, oriunda do Projeto de Lei nº 1.024/2015, que reajusta em 5% (cinco por cento) as remunerações dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, de cargo de provimento em comissão, funções gratificadas e funções comissionadas do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Contudo, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, atendeu pedido do governo do estado do Rio de Janeiro e suspendeu, por meio de liminar, o reajuste salarial de 5% para os servidores da Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública. Moraes pediu, então, a inclusão do processo na pauta do plenário da Corte para submeter a medida *ad referendum* dos demais ministros.

Outro importante ponto a ser tratado é o julgamento que será realizado no Supremo Tribunal Federal (STF), em 20 de novembro de 2019, acerca da decisão que suspendeu nova divisão dos *royalties* do petróleo, que poderia tornar a partilha mais igualitária entre estados produtores e não produtores. Em março de 2013, a ministra Cármem Lúcia suspendeu liminarmente parte da nova Lei dos *Royalties* do Petróleo, aprovada no fim do ano de 2012.

À época, a ministra atendeu a um pedido do então Governador do Estado do Rio de Janeiro, e manteve a antiga divisão dos *royalties*, com maior benefício aos estados produtores. Os argumentos foram de que a nova legislação estaria interferindo em receitas comprometidas e contratos assinados, além de comprometer a responsabilidade na gestão fiscal. O Estado do Rio de Janeiro alegou perdas de R$ 1,6 bilhão, de forma imediata, e de cerca de R$ 27 bilhões até 2020. Para os municípios do Rio, a perda imediata chegaria a R$ 2,5 bilhões.

Vale destacar que pela lei atual, os estados sem extração de petróleo recebem 7% de *royalties*, enquanto que os municípios sem extração de petróleo recebem 1,75% dos *royalties*. No entanto, a lei suspensa prevê que estados e municípios sem extração de petróleo recebam 21% dos *royalties* e, a partir de 2020, 27% do total arrecadado pela União.

Na decisão, a ministra Cármem Lúcia ponderou que os estados produtores de petróleo, e seus respectivos municípios, fizeram planejamento com as normas antigas, sem levar em conta a mudança provocada pela nova Lei dos *Royalties*, e que a Constituição garante os *royalties* como compensação ao produtor e que uma nova lei não pode ferir o direito adquirido dos produtores.

Nesse sentido, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) ajuizou, no STF, Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5936) com o objetivo de conferir aos dispositivos das Leis Federais 9.478/1997 e 12.351/2010 interpretação conforme a Constituição Federal no sentido de que os *royalties* incidem sobre o bônus de assinatura de contrato de concessão da lavra de petróleo. A Alerj ressalta que o STF, no julgamento do MS 24312, já reconheceu a propriedade sobre os *royalties* do petróleo por parte dos estados-membros produtores.

Pede, no mérito, a declaração de inconstitucionalidade, sem redução de texto, do artigo 46 da Lei Federal 9.478/1997, e dos artigos 2º, inciso XII, e 42, parágrafo 2º, da Lei Federal 12.351/2010, a fim de conferir-lhe interpretação conforme a Constituição Federal, afirmando-se que os *royalties* de petróleo incidem sobre o bônus de assinatura.

Em 9/5/2019 o Estado do Rio de Janeiro ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF (ADI 6130 RJ), com pedido de medida cautelar, contra o art. 7º caput e parágrafo único da Lei nº 7629/2017 e a Lei nº 7946/2018, ambas do ERJ, com vista a não implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores da área da Saúde, pois haveria descumprimento do inciso III do art. 8º da LC nº 159/2017.

VII - DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NOS INCISOS VI E VII DO § 1º DO ART. 2º DA LC FEDERAL Nº 159/2017

Não foi identificada, no período analisado, a realização de saques em depósitos judiciais, conforme determina o inciso VI do §1º do art. 2º da LC nº 159/2017. Tal fato se confirma pela verificação de relatório do SIAFE·Rio sobre a natureza de receita específica para esta operação em abril de 2019.

Em relação ao seu inciso VII do §1º do art. 2º da LC nº 159/2017, que dispõe sobre a autorização para realização de leilões de pagamento para fins de dar prioridade à quitação de obrigações inscritas em restos a pagar ou inadimplidas, ressalta-se que a Lei Estadual nº 7.629/2017 dispôs no §1º de seu art. 3º que: "*o conjunto de dívidas a ser submetido aos leilões de pagamento de que trata este artigo e a frequência dos leilões serão definidos no Plano de Recuperação Fiscal*".

O Anexo 37 do PRF-RJ prevê a captação de recursos para o pagamento de restos a pagar por meio de operação de crédito no valor de R$ 3,06 bilhões, em dezembro de 2018, o que não se observou. O Projeto de Lei nº 3.871/18, elaborado para este fim, foi apresentado pelo Poder Executivo à ALERJ no mês de março de 2018 e aprovado em 16/5/2018. A operação estava prevista no PRF-RJ para o

exercício de 2018, mas até o momento se encontra sem execução. Foi editado o decreto n° 46.540/2018, que regulamenta a realização dos leilões de RP pelo Estado.

VIII - NECESSIDADE DE O CONSELHO EXERCER AS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NOS INCISOS IV, VII, IX, XI, XII e XV DO CAPUT DO ART. 23 OU NO ART. 28 DO DECRETO Nº 9.109/2017

Não houve necessidade de o CSRRF exercer as atribuições previstas nos incisos IV, VII, IX, XI, XII e XV do caput do art. 23 ou a prevista no art. 28 do Decreto nº 9.109/2017.

IX – EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

Nessa seção será apresentada a evolução de importantes indicadores fiscais necessários ao acompanhamento da situação fiscal do Estado.

Restos a Pagar por Exercício

Depreende-se do Quadro 8 que, no acompanhamento do Plano, a evolução do estoque de RP tem lugar de destaque por sinalizar a incapacidade do governo de se financiar e cumprir com obrigações assumidas.

Ao analisar a variação do estoque de RP entre 2017 e 2018, verifica-se que apesar de em ambos os anos o valor realizado estar significantemente distante do valor previsto, apresentou pequena melhora, pois em 2018 o estoque de RP diminuiu em R$ 1,8 bilhão, enquanto no exercício de 2016 para 2017 aumentou em R$ 6,8 bilhões.

Vale ressaltar também que diante de uma previsão de inscrição de restos a pagar de valor "zero", para 2017 e 2018, o Estado inscreveu R$ 19,3 bilhões.

Quanto ao estoque de RP, ao final de 2018 seu valor era de R$ 18,1 bilhões, já em 2019 seu valor caiu para R$ 15,6 bilhões segundo RREO do 2º bimestre.

Dessa forma, o CSRRF, por entender o estoque de RP como um importante indicador de equilíbrio, demonstra preocupação quanto ao atingimento da situação de equilíbrio ao final do RRF, visto que mesmo após o ingresso no RRF houve significativa inscrição de RP. Tal preocupação também se faz presente em relação à LOA 2019, que foi aprovada com um déficit orçamentário de cerca de R$ 8 bilhões.

Quadro 8 – Restos a Pagar por Exercício

R$ milhão

Item	2016	2017		2018	
	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Inscrição de RP em 31/12	-	0,0	11.689,4	0,0	7.631,9
Estoque de RP em 31/12	13.141,8	7.638,2	19.978,3	3,2	18.144,4
Variação do estoque de RP em relação ao exercício anterior	-	-5.503,6	6.836,5	-7.635,0	-1.833,9

Fonte: RREO, RGF e PRF-RJ. Elaboração Própria.

X – O PLDO 2020 E O PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL

O Projeto de Lei nº 365/2019 foi enviado à ALERJ em abril de 2019 contendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 do Estado do Rio de Janeiro e traz em seu texto algumas referências em relação à responsabilidade fiscal, ou seja, ao cumprimento do disposto na Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, na Lei Complementar Federal n° 159/2017 - RRF e na Lei Complementar Estadual nº 176/2017 – Teto de Gastos. São eles:

> *"Art. 10 (...)*
>
> *Parágrafo Único – Nas contratações de operações de crédito serão observados os limites e condições fixados pelo Senado Federal, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei Complementar Federal n° 159/2017 e Lei Complementar Estadual nº 176/2017."*
>
> *"Art. 22 A elaboração da Lei do Orçamento Anual observará o seguinte:*
>
> *(...)*
>
> *§3º - A Lei Orçamentária Anual deverá evidenciar em demonstrativos anexos:*
>
> *(...)*
>
> *V – o respeito ao limite máximo das despesas obrigatórias para o exercício de 2020, nos termos da Lei Complementar Estadual n° 176/2017 – Regime de Recuperação Fiscal;"*
>
> *"Art. 28 A Lei Orçamentária Anual deverá prever Plano de Demissão Voluntária – PDV, nos termos do Plano de Recuperação Fiscal, de acordo com art. 11, I, da Lei Complementar Federal n° 159/2017 e art. 19, § 1º, II, da Lei Complementar Federal n° 101/2000."*
>
> *"Art. 29 A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução orçamentária de 2020, a qualquer tempo, deverá atender a Lei Complementar no 159/2017, Lei Complementar nº 176/2017 e ao disposto nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000."*
>
> *"Art. 33 A Lei Orçamentária Anual e as de seus créditos adicionais somente*

incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, Fundações e Empresas Públicas e Sociedades de Economia mista se:

(...)

III – adequarem a aplicação da Lei Complementar no 159/2017 e Lei Complementar nº 176/2017."

Em seu Anexo de Metas Fiscais a PLDO apresenta dois resultados fundamentais para o entendimento da situação fiscal do Estado. O Resultado Primário Estimado, cujo superávit irá cobrir o Serviço da Dívida que se encontra suspenso, mas que terá seu retorno de pagamento (1/36) em setembro de 2020, e o próprio Serviço da Dívida, que são mostrados a seguir.

Quadro 9: **Resultado Primário Estimado**

R$ milhões

	2020	2021	2022
PRF	2.808	9.164	13.370
PLDO 2020	(-6.227)	(-5.157)	(-2.965)
Diferença	(-9.035)	(-14.321)	(-16.335)

Fonte: LDO 2020 e PRF-RJ. Elaboração Própria.

Vale ressaltar que a PLDO não traz em seu bojo as medidas de ajuste elencadas no PRF, devido à incerteza de sua efetiva realização. Tal fato vem demostrar a importância da atualização do Plano, com medidas que venham a gerar impacto de aproximadamente R$ 9 bilhões em 2020, para que o superávit estimado originalmente no Plano possa custear o Serviço da Dívida também estimado. Nos anos de 2021 e 2022 a situação se agrava ainda mais.

Quadro 10: **Serviço da Dívida Estimado**

R$ milhões

	2020	2021	2022
PRF	3.481	9.163	13.687
PLDO 2020	6.648	9.027	13.955
Diferença	(-3.167)	136	(-268)

Fonte: LDO 2020 e PRF-RJ. Elaboração Própria.

Dos R$ 6,65 bilhões previstos no PLDO para custeio do serviço da dívida no exercício de 2020, R$ 3,83 são relativos ao pagamento da operação de crédito de antecipação da venda da CEDAE, enquanto os R$ 2,82 bilhões restantes dizem respeito à retomada do serviço da dívida previsto na prorrogação do RRF, quando o Estado deve retomar o pagamento da dívida pública de maneira gradual, a partir de setembro de 2020. Porém, como a PLDO prevê um déficit primário para o exercício, o Estado não teria como arcar nem mesmo com esta menor parcela do serviço da dívida.

XI - ATUALIZAÇÃO DAS PROJEÇÕES DO PRF-RJ

O CSRRF recebeu em outubro de 2018 a atualização das projeções por meio dos seguintes documentos: (i) Ofício SEFAZ/SUPOF nº 16/2018 de 28 de setembro de 2018; (ii) Ofício SEFAZ/SUPOF nº 18 de 03 de outubro de 2018 contendo Nota Técnica SUBFIN/GAB nº 52/2018 e; (iii) Ofício SEFAZ/SGAB nº 915/2018 de 22 de outubro de 2018, contendo Nota Técnica SUPOF/SEFAZ nº 31/2018, que discorrem sobre a atualização do PRF-RJ.

Após a verificação dos documentos recebidos, em 22/11/2018, o CSRRF enviou, ao Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento, o Ofício SEI nº 62/2018/CSRRF-MF solicitando correções e/ou alterações, bem como informações adicionais sobre a atualização das projeções do PRF-RJ que possibilitem a devida análise, com vista ao cumprimento de seu objetivo precípuo, qual seja, o equilíbrio das contas públicas no fim de sua vigência.

Em 28/12/2018 o CSRRF recebeu o ofício GG nº 489/2018 com a atualização do Plano de Recuperação Fiscal. Contudo, em 8/1/2019, o CSRRF recebeu o ofício SEFAZ/SGAB nº 15/2019 com a solicitação de retirada de pauta da atualização do PRF-RJ, diante da alternância do governo do Estado.

O Conselho atendeu ao pedido do Secretário de Estado de Fazenda, mas enviou o Ofício SEI nº 74/2019/CSRRF-ME, em 22/3/2019, solicitando estimativa de prazo para a entrega da atualização, de forma que o CSRRF possa avaliar as projeções com o oferecimento de medidas que sejam exequíveis. A resposta se deu por meio Ofício SEFAZ/SGAB nº 311/2019, em 29/3/2019, com a informação de que os trâmites já haviam sido iniciados, mas que um cronograma mais preciso poderia ser formulado no final do mês de abril. Em 4/6/2019 o CSRRF reiterou a solicitação por meio do Ofício SEI Nº 112/2019/CSRRF-ME.

Por fim, o Conselho recebeu, em cópia, o Ofício SEI nº 8/2019/GECOF/COREM/SURIN/STN/FAZENDA-ME, de 22/4/2019, no qual a Secretaria do Tesouro Nacional, com fulcro no inciso XLVIII, do artigo 49, do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, solicitou que a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro encaminhasse, no prazo de 15 dias, estimativas financeiras atualizadas para as receitas e despesas que compõem o Plano de Recuperação Fiscal do Estado. Em 20/5/2019 foi enviado o Ofício 10/2019/GECOF/COREM/SURIN/STN/FAZENDA-ME reiterando a solicitação.

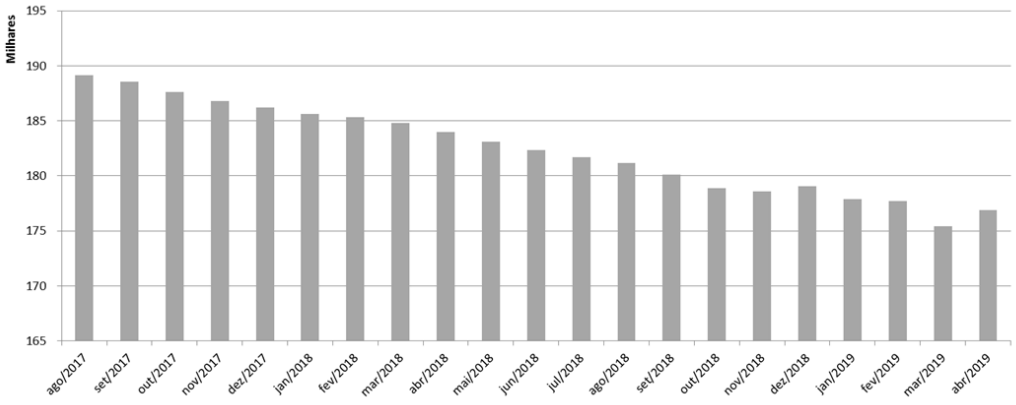
XII – INFORMAÇÕES GERAIS

Em setembro de 2017, ao ingressar no RRF, o Poder Executivo do Estado, considerando seus órgãos da Administração Direta e Indireta, apresentava um total de 189 mil vínculos ativos efetivos. O número de

vínculos efetivos apresentou queda em quase todos os meses alcançando 176 mil vínculos em abril de 2019, ou seja, uma redução superior a 11,6 mil, ou 7% do observado ao início do RRF.

Gráfico 2 – Evolução da Quantidade de Vínculos Ativos Efetivos

(Ago/17 a Abr/19)



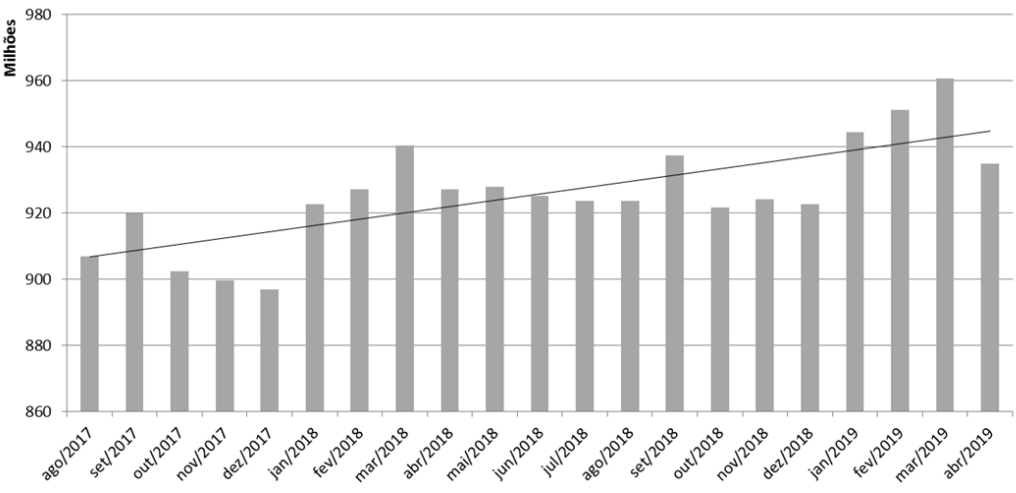
Fonte: SIG-RH. Elaboração própria.

A despeito da queda no quantitativo de pessoal, o mesmo não se observa com a despesa de pessoal ativo. Em agosto de 2017 a despesa total com Pessoal Ativo efetivo foi de R$ 906,8 milhões, evoluindo para R$ 934,9 milhões em abril de 2019. Portanto, observou-se nesse período de 20 meses um aumento de R$ 28,1 milhões, ou 5,9%.

Abaixo a discriminação do quantitativo de servidores do Poder Executivo também observada no mês de abril de 2019.

Gráfico 3 – Evolução dos Gastos de Pessoal Ativos Efetivos

(Ago/17 a Abr/19)



Fonte: SIG-RH. Elaboração própria.

Em 16/5/2019 o Conselho se reuniu com o Secretário de Estado da Casa Civil e Governança, o Subsecretário de Política Fiscal e com o Controlador Geral do Estado para tratar de importantes temas para o cumprimento e o monitoramento do Plano de Recuperação Fiscal, tais como: a atualização do PRF e os descumprimentos de vedações.

Em 30/5/2019 foi encaminhado o Ofício SEI nº 114/2019/CSRRF-ME ao governador do Estado com solicitação de informações sobre o processo de privatização da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro.

No dia 31/5/2019 o Conselho se reuniu com a Secretaria de Estado da Polícia Militar e Secretaria de Estado de Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar para tratar acerca das hipóteses previstas para compensação em virtude de aumento de gratificações.

XIII – CONCLUSÃO

Após análise detalhada da evolução do Plano de Recuperação Fiscal se verifica que as medidas de caráter continuado ainda apresentam resultado acima do esperado. Quanto às medidas de caráter pontual, observa-se que muitas se encontram em atraso e com reduzida probabilidade de realização. Tal fato deve ser considerado na atualização do Plano para que o Estado pactue medidas que sejam exequíveis.

Quanto ao resultado fiscal do Plano (jan/17 a abr/19), observa-se que as receitas totais ficaram R$ 1,5 bilhão acima do previsto. Esse resultado é causado, principalmente, pelo aumento da arrecadação de *Royalties* e Participações Especiais, receita volátil que independe do esforço do Estado. Como a receita de *Royalties* e Participações Especiais apresentou resultado de R$ 9,3 bilhões acima do previsto, tal fato

sinaliza o distanciamento entre a previsão e execução das demais receitas desde o início do Plano.

Ainda em relação ao resultado fiscal, quanto às despesas, apesar de seu total estar abaixo do esperado, as despesas correntes ficaram acima do estimado em R$ 280 milhões sendo compensadas pelas despesas de investimento e amortização que ficaram abaixo em R$ 3 bilhões. A diferença na amortização se deve em parte ao não pagamento das operações de crédito a contratar que não se efetivaram.

Chama a atenção, pelo montante envolvido, o fato de o Estado ter inscrito R$ 7,63 bilhões de restos a pagar em 2018, quando havia previsão de inscrição zero. Esta ocorrência fez gerar um estoque de contas em aberto, ao final de 2018, de R$ 18,1 bilhões. Por outro lado, até o mês de abril de 2019, o Estado diminuiu esse estoque em R$ 2,5 bilhões, sinalizando, sob esse aspecto, uma trajetória de equilíbrio das contas.

O Conselho ainda demonstra preocupação quanto ao número de indícios de violação de vedações, que, ao se concretizarem, poderão dar causa à extinção do RRF-RJ, de acordo com o previsto no inciso III, do art. 13, da Lei Complementar nº 159/2017.

No mês de abril, o CSRRF inseriu seção em que compara dois importantes indicadores fiscais estimados pelo PRF homologado e pelo PLDO 2020, o Resultado Primário e o Serviço da Dívida. Em 2020 a PLDO aponta para um Déficit Primário de R$ 6,2 bilhões e um Serviço da Dívida de R$ 6,6 bilhões, o que expõe a crítica situação em que se encontra o Estado, quando em setembro de 2020 se encerra o prazo de "redução extraordinária" ou de suspensão do pagamento das dívidas para com a União e aquelas por ela garantidas.

Por fim, este Colegiado entende o exercício de 2019 como vital para um severo ajuste nas contas o que poderá ser demonstrado quando da entrega da atualização do Plano de Recuperação Fiscal pelo estado do Rio de Janeiro. Convém enfatizar que pela abrangência da LC nº 159/2017 e pela gravidade da situação, um esforço conjunto de todos os Poderes se fará necessário e esse momento de atualização do PRF é importante para tal feito.

Documento assinado eletronicamente por **Edson Leonardo Dalescio Sá Teles**, **Coordenador(a) do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal**, em 05/06/2019, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth da Costa Mendes Oliveira de Menezes**, **Conselheiro(a)**, em 05/06/2019, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira**, **Conselheiro(a)**, em 05/06/2019, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2518034** e o código CRC **8A6753B9**.

ANEXO A - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Receitas

R$ Milhões

	(I) Abril		Acumulado 2019		(II) ACUMULADO (Jan.2017 a Abr 2019)		(III) VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2020		(IV) VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2023	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado + Previsto	Previsto	Realizado + Previsto
RECEITAS CORRENTES (I)	**6.406,8**	**6.260,6**	**28.218,8**	**31.380,7**	**184.443,7**	**191.121,6**	**329.906,1**	**336.584,1**	**636.266,3**	**642.944,2**
Receitas Tributárias	**4.504,9**	**4.317,2**	**19.391,3**	**18.982,7**	**117.170,6**	**117.858,7**	**209.561,8**	**210.249,9**	**406.731,1**	**407.419,2**
ICMS	3.460,4	3.460,1	14.389,9	14.127,5	92.033,0	91.935,8	166.987,3	166.890,1	324.926,5	324.829,3
IPVA	455,1	253,4	2.648,1	2.338,7	8.398,9	8.012,9	12.042,7	11.656,7	23.206,0	22.820,0
ITCD	126,0	84,3	385,5	319,2	2.839,2	2.610,0	5.520,6	5.291,3	11.051,1	10.821,9
IRRF	224,7	169,6	1.012,9	1.022,2	7.771,0	8.756,2	13.905,0	14.890,2	25.786,3	26.771,5
Outras Receitas Tributárias	238,7	349,7	954,8	1.175,1	6.128,6	6.544,0	11.106,2	11.521,5	21.761,2	22.176,6
Receitas de Contribuições	**444,3**	**513,4**	**1.777,0**	**2.146,2**	**13.111,0**	**14.614,4**	**23.077,3**	**24.580,7**	**43.050,9**	**44.554,3**
Receitas Previdenciárias	210,3	198,6	841,1	884,2	5.903,9	5.443,3	10.555,4	10.094,9	19.784,9	19.324,4
Receitas Intraorçamentárias (a)	229,4	302,6	917,7	1.215,2	7.017,7	8.480,3	12.238,2	13.700,8	22.782,8	24.245,4
Outras Receitas de Contribuições	4,6	12,2	18,3	46,8	189,5	690,8	283,6	785,0	483,2	984,5
Receita Patrimonial	**43,5**	**51,7**	**171,3**	**186,6**	**2.414,8**	**2.908,8**	**3.702,0**	**4.196,0**	**6.264,9**	**6.758,9**
Receita de Aplicações Financeiras (II)	27,1	38,4	108,2	131,4	744,9	905,7	1.309,2	1.470,0	2.517,2	2.678,0
Outras Receitas Patrimoniais	16,5	13,4	63,0	55,3	1.669,9	2.003,1	2.392,8	2.725,9	3.747,7	4.080,9
Transferências Correntes	**1.090,3**	**1.100,4**	**5.566,7**	**8.798,5**	**33.667,5**	**42.350,5**	**68.713,7**	**77.396,7**	**139.071,6**	**147.754,6**
Cota-Parte do FPE	122,8	118,4	525,4	569,0	3.398,2	3.336,0	6.166,8	6.104,6	12.083,2	12.021,0
Cota-Parte do IPI-Exp.	91,3	75,9	279,5	301,4	2.103,8	2.005,0	3.916,0	3.817,2	7.673,0	7.574,2
Royalties e Participações Especiais	487,8	564,3	3.162,2	6.523,0	17.732,0	27.001,2	39.795,6	49.064,8	82.540,3	91.809,5
Convênios	9,0	3,0	48,1	21,3	294,6	376,9	401,3	483,7	656,2	738,5
Outras Transferências Correntes	379,4	338,9	1.551,5	1.383,8	10.138,9	9.631,4	18.433,8	17.926,4	36.118,9	35.611,4
Demais Receitas Correntes	**323,8**	**277,9**	**1.312,6**	**1.266,6**	**18.079,7**	**13.389,2**	**24.851,3**	**20.160,8**	**41.147,7**	**36.457,2**
Dívida Ativa	15,5	25,3	57,8	107,0	385,9	1.300,2	704,3	1.618,6	1.380,0	2.294,3
Demais Intraorçamentária (b)	59,2	89,3	258,0	466,1	6.753,9	5.652,4	8.010,7	6.909,3	10.731,6	9.630,1
Diversas Receitas Correntes	249,2	163,3	996,7	693,6	10.939,9	6.436,5	16.136,3	11.632,9	29.036,1	24.532,7
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	**70,3**	**7,4**	**274,0**	**54,9**	**11.748,2**	**6.576,2**	**15.967,0**	**10.795,1**	**17.149,5**	**11.977,6**
Operações de Crédito (V)	3,7	0,1	14,8	0,1	8.506,9	3.401,2	9.536,6	4.430,8	9.536,6	4.430,8
Amortização de Empréstimos (VI)	21,1	4,9	84,2	45,2	540,6	382,5	979,7	821,6	1.919,6	1.761,5
Alienação de Bens (VII)	14,6	0,0	56,7	0,0	1.377,4	1.954,6	3.536,4	4.113,7	3.596,4	4.173,7
Transferências de Capital	31,0	2,3	118,2	9,5	703,1	215,3	1.294,2	806,3	1.476,7	988,9
Convênios de Capital	30,4	1,9	116,4	9,0	667,7	75,8	1.251,5	659,5	1.417,8	825,8
Outras Transferências de Capital	0,6	0,5	1,9	0,5	35,4	139,5	42,7	146,8	59,0	163,1
Outras Receitas de Capital	0,0	-	0,0	-	620,1	620,1	620,1	620,1	620,2	620,2
Outras Receitas de Capital Intraorçamentárias (c)	-	0,0	-	0,1	-	2,5	-	2,5	-	2,5
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII - c)	**31,0**	**2,3**	**118,2**	**9,5**	**1.323,2**	**835,4**	**1.914,3**	**1.426,5**	**2.096,9**	**1.609,1**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (IX) = (III + VIII)	**6.122,1**	**5.832,6**	**27.053,1**	**29.577,6**	**171.250,4**	**176.918,5**	**310.262,3**	**315.930,4**	**602.331,6**	**607.999,7**
RECEITA TOTAL (X) = (I + IV)	**6.477,1**	**6.268,0**	**28.492,7**	**31.435,6**	**196.191,9**	**197.697,8**	**345.873,1**	**347.379,1**	**653.415,8**	**654.921,8**

Fonte: Siafe-Rio e PRF-RJ. Elaboração SUPOF/SEFAZ.

II - Despesas e Resultados

R$ Milhões

	(I) Abril		Acumulado 2019		(II) ACUMULADO (Jan.2017 a Abr 2019)		(III) VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2020		(IV) VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2023	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado + Previsto	Previsto	Realizado + Previsto
DESPESAS CORRENTES (XI)	**6.871,6**	**6.223,7**	**28.221,9**	**25.001,5**	**189.109,6**	**189.388,9**	**332.410,5**	**332.689,8**	**617.117,4**	**617.396,7**
Pessoal e Encargos Sociais	**3.431,7**	**3.285,4**	**13.685,6**	**13.118,4**	**96.515,3**	**97.594,1**	**174.250,9**	**175.329,7**	**315.031,5**	**316.110,2**
Ativo	2.010,5	1.801,1	8.041,9	7.289,4	54.284,6	51.930,9	94.750,6	92.396,8	169.457,5	167.103,7
Inativos e Pensionistas	1.396,4	1.473,0	5.544,3	5.796,6	41.570,4	43.984,3	74.096,9	76.510,7	137.825,5	140.239,4
Outras Despesas com Pessoal	24,8	11,3	99,4	32,4	660,3	1.678,9	5.403,5	6.422,2	7.748,5	8.767,2
Juros e Encargos da Dívida (XII)	**10,0**	**13,9**	**35,4**	**44,7**	**1.066,2**	**1.062,7**	**3.271,3**	**3.267,8**	**22.844,1**	**22.840,6**
Outras Despesas Correntes	**3.430,0**	**2.924,4**	**14.501,0**	**11.838,4**	**91.528,0**	**90.732,1**	**154.888,3**	**154.092,4**	**279.241,7**	**278.445,8**
Transferências Constitucionais e Legais	1.629,9	1.523,3	7.240,1	7.003,4	40.926,8	41.203,0	72.450,2	72.726,4	140.974,6	141.250,8
Transferências Voluntárias e Discricionárias	44,1	65,8	176,3	119,8	1.164,2	4.740,5	2.073,6	5.649,9	4.007,4	7.583,7
Demais Despesas Correntes	1.756,0	1.335,2	7.084,6	4.715,2	49.437,0	44.788,6	80.364,5	75.716,1	134.259,7	129.611,3
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIII) = (XI - XII)	**6.861,7**	**6.209,8**	**28.186,6**	**24.956,8**	**188.043,4**	**188.326,2**	**329.139,3**	**329.422,1**	**594.273,2**	**594.556,0**
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	**150,5**	**66,9**	**602,0**	**186,6**	**7.148,2**	**4.052,0**	**11.625,1**	**8.528,8**	**36.590,3**	**33.494,0**
Investimentos	**114,9**	**34,5**	**459,5**	**54,7**	**4.668,8**	**2.524,4**	**7.052,8**	**4.908,4**	**10.518,0**	**8.373,6**
Inversões Financeiras	**2,4**	-	**9,6**	**0,3**	**66,5**	**30,4**	**114,9**	**78,8**	**204,2**	**168,0**
Concessão de Empréstimos (XV)	0,9	-	3,4	0,2	23,5	3,8	40,6	20,9	72,1	52,4
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	1,6	-	6,2	0,1	43,0	26,6	74,3	57,9	132,1	115,6
Amortização da Dívida (XVII)	**33,2**	**32,4**	**132,9**	**131,6**	**2.412,9**	**1.497,2**	**4.457,4**	**3.541,7**	**25.868,0**	**24.952,3**
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XVIII) = (XIV - XV - XVI - XVII)	**116,4**	**34,5**	**465,7**	**54,9**	**4.711,8**	**2.551,0**	**7.127,1**	**4.966,3**	**10.650,1**	**8.489,3**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XIX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Intraorçamentária (d)	288,6	395,5	1.175,7	1.638,1	11.971,6	13.976,2	18.449,0	20.453,6	31.714,4	33.719,1
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXI) = (XIII + XVIII + XIX + XX - d)	**6.689,5**	**5.848,8**	**27.476,6**	**23.373,6**	**180.783,6**	**176.901,6**	**317.817,4**	**313.935,4**	**573.208,9**	**569.326,9**
DESPESA TOTAL (XXII) = (XI + XIV)	**7.022,2**	**6.290,6**	**28.823,9**	**25.188,1**	**196.257,8**	**193.440,8**	**344.035,7**	**341.218,7**	**653.707,6**	**650.890,7**
RESULTADO PRIMÁRIO FISCAL (XXXVIII) = (IX - XXI)	**- 567,4**	**- 16,2**	**- 423,5**	**6.204,0**	**- 9.533,2**	**17,0**	**- 7.555,1**	**1.995,0**	**29.122,6**	**38.672,8**
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (XXXV) = (X - XXII)	**- 545,1**	**- 22,6**	**- 331,2**	**6.247,5**	**- 66,0**	**4.257,0**	**1.837,5**	**6.160,4**	**- 291,8**	**4.031,1**

Fonte: Siafe-Rio e PRF-RJ. Elaboração SUPOF/SEFAZ.

ANEXO B – MEDIDAS DE CARÁTER CONTINUADO

1.Revisão dos Incentivos Fiscais (Anexo 18 do PRF-RJ - RESERVADO)

Descrição: Redução dos incentivos fiscais.

Histórico: Medida de caráter estruturante, elaborada a partir de estudo conjunto realizado pela Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, em que se avaliaram os incentivos passíveis de serem alterados. Após a aprovação da medida, foi constituído Grupo de Trabalho, encarregado do seu acompanhamento, por meio da Resolução Conjunta SEFAZ/Casa Civil nº 35, de 7 de dezembro de 2017. Em 28 de dezembro de 2017, foram publicados os Decretos Estaduais nº 46.207/2017 e nº 46.208/2017, revogando e alterando isenções concedidas, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2018. Observa-se que para a estimativa realizada no Anexo 18 foram utilizados os valores obtidos segundo o regime de competência. Em outubro foi recebida a resposta ao Ofício SEI nº 32/2018/CSRRF-MF que não aborda a questão

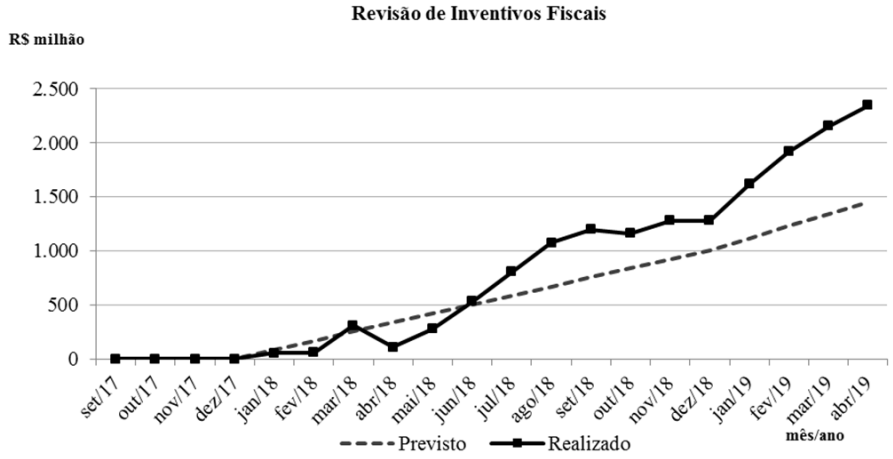
levantada sobre a identificação pelo grupo de trabalho de medidas que não foram executadas e que geraram necessidade de compensação de R$ 341 milhões.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 1,005 bilhão; R$ 1,34 bilhão; e R$ 1,340 bilhão, nos exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: O valor do mês de abril foi de R$ 192,33 milhões, totalizando R$ 1,065 bilhão acumulados desde o início de vigência do PRF-RJ. Os relatórios dos meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019 não foram enviados, embora seja possível inferir o valor de janeiro (R$ 337,89) de acordo com o valor acumulado do ano de 2019, apresentado no relatório referente ao mês de fevereiro. A área responsável alerta que a metodologia de cálculo será alterada. O CSRRF aguarda a nova metodologia e os impactos mensal e acumulado.

Apreciação: O Conselho solicitou esclarecimento no Ofício SEI nº 62/2018/CSRRF-MF, em que solicita correções e/ou alterações do material recebido pela SEFAZ relativo à atualização das projeções do PRF-RJ, nesse caso especificamente em relação ao Anexo 18, mas ainda não obteve resposta.

Foi publicada em 3/5/2019 a Resolução Conjunta SEFAZ/SECCG nº 20 que fixa nova composição do grupo de trabalho para execução e acompanhamento das metas estabelecidas no Anexo 18. O grupo tem representantes da SEFAZ, SECCG, CODIN e SEDEGER.



Fonte: PRF e APTs. Elaboração própria.

2.Revisão do Preço Mínimo do Petróleo (Anexo 20 do PRF-RJ)

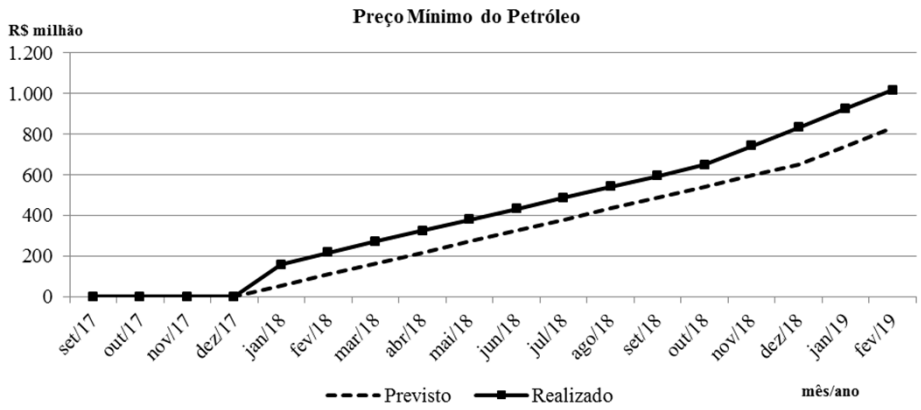
Descrição: Revisão pela ANP da Nova Metodologia de formulação do Preço Mínimo do Petróleo a ser adotada para o cálculo das participações governamentais (R&PE).

Histórico: Em 26/9/2017 houve publicação da Resolução ANP nº 703/2017, que estabeleceu a nova metodologia de cálculo de preço referência, bem como a regra de transição. De posse das informações sobre produção, repassadas pela ANP em 28/12/2017, a área responsável recalculou a estimativa de receita de *royalties* e participações especiais, para os anos de 2018 a 2021. Estimou-se uma redução de aproximadamente R$ 1,8 bilhão na expectativa de receita da medida constante do PRF-RJ, entre 2018 e 2021.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 649 milhões, R$ 1,100 bilhão e R$ 1,617 bilhão, nos exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: O valor do mês de abril foi positivo em R$ 92 milhões, totalizando R$ 1,016 bilhão acumulados desde o início de vigência do PRF-RJ.

Apreciação: Devido à periodicidade da divulgação dos dados de produção, deverá ser considerado o atraso de dois meses para a aferição dos resultados. Portanto, o valor positivo apresentado se refere à produção do mês de fevereiro, conforme Resolução ANP nº 703/2017, que regulamenta o novo preço de referência do óleo.



Fonte: PRF e APTs. Elaboração própria.

3.Auditoria Previdenciária (Anexo 26 do PRF-RJ)

Descrição: Realização de auditoria nas bases de dados previdenciários, com vistas a identificar pagamentos considerados irregulares.

Histórico: Foram firmados Acordos de Colaboração Técnica com municípios e estados, e com o INSS. Além dos acordos, o PRF-RJ prevê operação de crédito de R$ 50 milhões para esse fim. De acordo com o Rioprevidência, a economia constante do PRF-RJ é derivada de ações de auditoria realizadas desde 2012, resultando em um montante total estimado de R$ 423 milhões acumulados até 2017 que não deveriam ter sido considerados. Em outubro foi recebida resposta ao Ofício SEI nº 32/2018/CSRRF-MF com a informação de que a medida será alterada para menor.

Previsão de Impacto: O valor do impacto anual previsto, comparativamente ao cenário-base, é de R$ 423 milhões, R$ 784 milhões, R$ 839 milhões R$ 893 milhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente, considerando o efeito cumulativo de ações de auditoria empreendidas desde 2012.

Realizado no mês: Foram economizados R$ 990 mil no mês e R$ 214,8 milhões desde o início de vigência do PRF-RJ. Segundo o responsável, a metodologia de apuração dos resultados será revista. O CSRRF aguarda a revisão dos impactos mensal e acumulado.

Apreciação: O Conselho aguarda o encaminhamento da atualização do PRF-RJ com a alteração nos valores anteriormente estimados a maior.



Fonte: PRF e APTs. Elaboração própria.

4.Modernização da Gestão Fazendária (Anexo 17 do PRF-RJ)

Descrição: Modernização da Gestão Fazendária, com vistas a aumentar a eficiência da arrecadação tributária estadual.

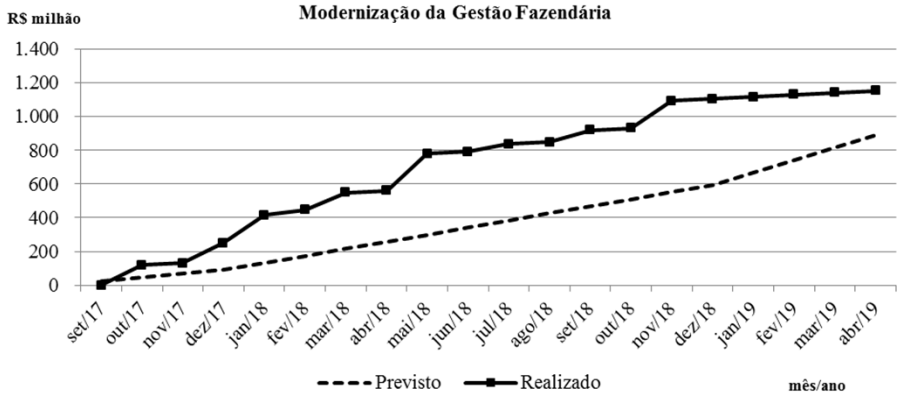
Histórico: Medida de caráter estruturante, o projeto de modernização tecnológica fazendária foi construído a partir das oportunidades levantadas pelas áreas de negócios da SEFAZ/RJ e, posteriormente, incorporadas ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI. O projeto de modernização tem como principais objetivos: (i) atuar de forma abrangente e tempestiva na identificação de indícios de irregularidade; (ii) permitir ao contribuinte se regularizar em momento próximo ao fato gerador do crédito tributário, tornando a cobrança devida mais eficaz; e (iii) direcionar a atuação fiscal, após a tentativa sistêmica, priorizando os maiores valores com maiores chances de recuperação. O PRF-RJ prevê a realização de operação de crédito para o desenvolvimento destas ações, no valor de R$ 250 milhões em 2017. Em 13/6/2018 o CSRRF recebeu o Ofício SEFAZ/SGAB Nº 508/2018 contendo, entre outras, nota técnica sobre o Programa Fazendário de Investimento em Tecnologia – PROFIT. A área chama a atenção para o atraso na realização da operação de crédito que impactou negativamente a implementação a partir da fase 3. O TCE-RJ determinou suspensão do pregão até que fossem demonstradas de forma transparente e indiscutível que o novo endividamento seria imprescindível para o Estado, e que atenderá a objetivos específicos. Dessa forma, o Conselho enviou Ofício SEI nº 37/2018/CSRRF-MF à SEFAZ, com informação de que irá se pronunciar sobre a operação de crédito apenas após decisão final da Egrégia Corte de Contas Estadual. No mês de outubro foram publicados a Resolução SEFAZ nº 333 e o Decreto 46.453/2018, que tratam da redução de multa e remissão de débitos de ICMS (REFIS). Em novembro, a arrecadação do REFIS foi de aproximadamente R$ 1,2 bilhão, dos quais estima-se que 10% são atribuídos ao Fisco Fácil. A área responsável informou ao Conselho que o cronograma pra a implementação da medida está sendo revisto.

Previsão de Impacto: Espera-se obter incremento progressivo da arrecadação do ICMS, conforme as diversas ações do projeto entrem em fase de produção. A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 112 milhões, R$ 504 milhões, R$ 896 milhões e R$ 1,086 bilhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: O impacto positivo obtido no mês foi de R$ 12 milhões, e desde o início do PRF-RJ o total acumulado pela medida somou a quantia de R$ 1,154 bilhão.

Apreciação: O CSRRF aguarda novo posicionamento do Estado para se pronunciar sobre a operação de crédito para o desenvolvimento das ações previstas no PRF-RJ dessa medida e mantém o

acompanhamento mensal dos impactos realizados.



Fonte: PRF e APTs. Elaboração própria.

5.Alteração de Alíquotas de ICMS (Anexo 15 do PRF/RJ)

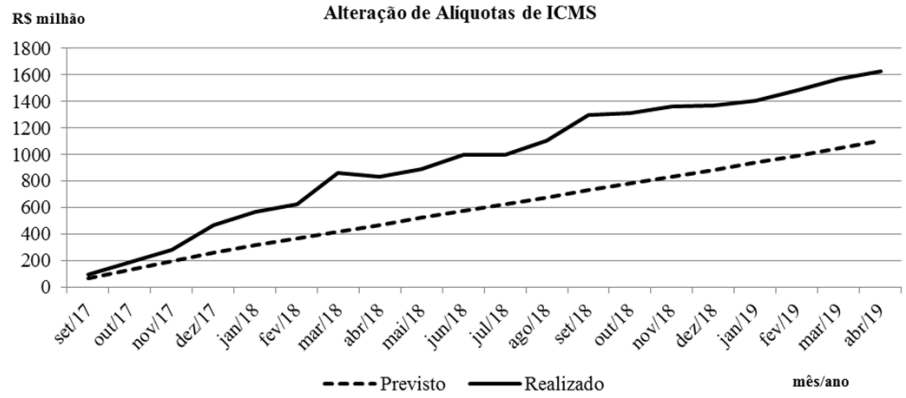
Descrição: Aumentos de alíquota em operação com energia elétrica, na prestação de serviços de comunicação, em operação com cerveja e chope e em operação com gasolina.

Histórico: Aprovação da Lei Estadual nº 7.508/2016, em 30 de dezembro de 2016, alterando as alíquotas nas operações citadas. Em virtude do cumprimento de noventena, o início de vigência da medida, e, consequentemente, de seus efeitos financeiros, ocorreram a partir de abril de 2017. O Conselho solicitou à Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento informações acerca da viabilidade de individualizar os impactos na arrecadação estadual do ICMS provenientes da medida, por meio do Ofício SEI nº 13/2017/CSRRF-MF, enviado em 29/11/2017. No mês de maio de 2018, a área informou que foi alterada a metodologia de cálculo do impacto, pois passaram a ser considerados valores nominais, compatibilizando-se com o método utilizado nas projeções do cenário-base do PRF-RJ. Por esse motivo, os valores, desde janeiro de 2018, foram alterados.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual na receita nos montantes de R$ 325 milhões, R$ 623 milhões, R$ 653 milhões e R$ 687milhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Em abril foi computado um impacto positivo de R$ 55,14 milhões, devido aos setores de bebidas e energia elétrica e desde o início do PRF-RJ a quantia aproximada de R$ 1,7 bilhão.

Apreciação: O Conselho segue acompanhando os impactos gerados pela medida.



Fonte: PRF e APTs. Elaboração própria.

6.Aumento das Alíquotas de Contribuição Previdenciária (Anexo 25 do PRF-RJ)

Descrição: Aumento da Alíquota de Contribuição Previdenciária dos servidores públicos para 14%, e da alíquota patronal para 28%.

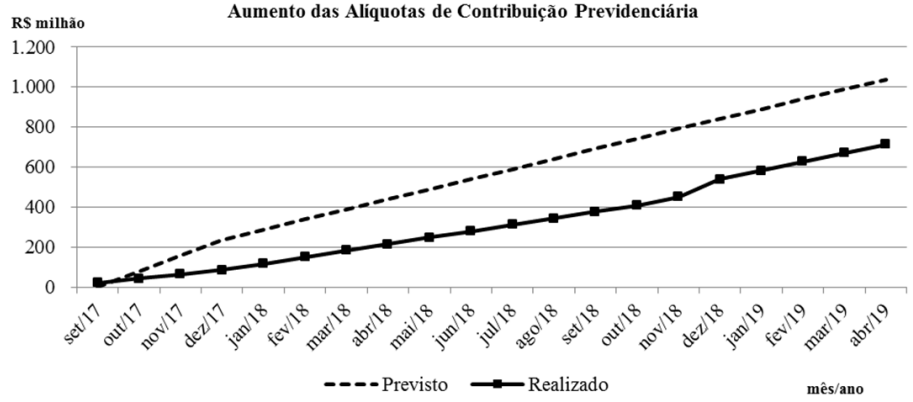
Histórico: A Lei Estadual nº 7.606, de 26 de maio de 2017, alterou o art. 35-A da Lei Estadual nº 3.189/1999, ao majorar as alíquotas de contribuição previdenciária dos Planos Financeiro e Previdenciário, tanto para os participantes, quanto para o Estado, salvo a parte patronal do Plano Previdenciário, que se manteve sem alteração. Ressalta-se que a Lei condicionou a implantação da nova alíquota à quitação integral dos salários em atraso (incluindo o 13º salário relativo ao exercício de 2017). O recolhimento majorado no Poder Judiciário, Ministério Público, TCE-RJ, DPGE, e em alguns órgãos do Poder Executivo Estadual foi iniciado em setembro de 2017. A partir da folha de maio de 2018 a cobrança da nova alíquota de 14% foi implantada de forma integral, mas pequena parcela de servidores obteve reversão da alíquota previdenciária de 14% para 11%, em virtude de decisão judicial, em caráter liminar. O impacto do atraso na implementação da medida gerou uma frustração acumulada de R$ 282,9 milhões. Foi identificado em setembro de 2018 impacto negativo de R$ 825.868,58, referente à reversão

da alíquota previdenciária do corpo docente da UERJ, por decisão judicial em caráter liminar e do executivo público da SEEDUC, para cumprimento do parágrafo único do art. 2º da Lei 7.606/2017, devido à pendência na atualização da gratificação de desempenho. Como no Plano de Recuperação Fiscal foi considerado apenas o impacto do Plano Financeiro do Regime Próprio da Previdência Social do Estado, a partir do mês de novembro de 2018 os impactos realizados, tanto mensais quanto acumulados, sofreram correção para se adequar ao Plano.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto mensal a partir de outubro de 2017. O valor do impacto anual previsto é de R$ 236 milhões, R$ 605 milhões, R$ 582,5 milhões e R$ 555 milhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Houve impacto positivo na receita no valor de R$ 43,38 milhões, totalizando R$ 713,1 milhões acumulados desde o início de vigência do PRF-RJ.

Apreciação: A medida apresenta resultado abaixo do esperado em grande parte devido ao atraso na sua implementação.



Fonte: PRF e APTs. Elaboração própria.

7.Revisão do REPETRO (Anexo 22 do PRF-RJ)

Descrição: O REPETRO é o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural.

Histórico: Inicialmente foi aventada a possibilidade de se alterar a Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir) e/ou a Constituição Federal no sentido de tornar definitiva a incidência do ICMS Importação sobre o arrendamento mercantil. Posteriormente vislumbrou-se uma solução via convênio (REPETRO – SPED) celebrado no âmbito do CONFAZ, para transmudar a admissão temporária de plataformas em aquisição de ativos permanentes, e dessa forma instituir a cobrança de ICMS Importação com alíquota reduzida, bem como impor a renúncia a quaisquer direitos de recuperação de indébitos oriundos do julgamento do RE 540.829-SP. Em 29/11/17, foi aprovada pela Câmara dos Deputados a MP nº 795, que ampliou o regime anterior, e o estendeu por mais 20 anos, passando a vigorar até 2040. A MP, que estava em vigor desde agosto de 2017, foi sancionada em 28/12/17, na forma de Lei Federal nº 13.586/2017. Em 16/01/2018 foi celebrado o convênio ICMS nº 03/2018, que "dispõe sobre a isenção e redução de base de cálculo do ICMS em operação com bens ou mercadorias destinadas às atividades de pesquisa, exploração ou produção de petróleo e gás natural". Em 05/02/2018, foi publicada a adesão do RJ, por meio do Decreto Estadual nº 46.233, que dispõe sobre a isenção e redução de base de cálculo do ICMS incidente em operações relativas a bens ou mercadorias aplicadas nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, disciplinada pelo Convênio ICMS 03/2018 e pela Lei Federal nº 13.586/2017 (REPETRO-SPED). Contudo, em dezembro de 2017, foi proposto na ALERJ o PL nº 3.660/2017, que poderia restringir o alcance do Repetro, apenas à fase exploratória dos projetos de óleo e gás. Tal mudança implicaria, na prática, em cobrança de impostos sobre a importação de equipamentos na atividade de produção. A Subsecretaria de Receita da SEFAZ/RJ, área responsável pela medida, entende que o impacto do PL poderá ser negativo, pois se voltaria à situação anterior de não arrecadação de ICMS Importação no Repetro. Além disso, o Estado correria o risco de sofrer ações de restituição dos valores pagos durante o REPETRO anterior, tendo em vista a possibilidade da retroatividade da decisão do STF sobre a Admissão Temporária. O PL nº 3.660/2017 segue sem data para entrar em discussão. Em função das relevantes alterações das premissas iniciais relativas à medida que foi acordada no PRF-RJ, a área responsável elaborou Nota Técnica com a atualização do impacto previsto no PRF-RJ, decorrente do Repetro-SPED.

Previsão de Impacto: A medida tem impacto planejado a partir de julho de 2018. O valor do impacto anual previsto é de R$ 250 milhões, R$ 550 milhões e R$ 550 milhões, para os exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: No mês de abril a área identificou impacto positivo de R$12,06 milhões, totalizando R$ 1,49 bilhão acumulado desde o início de vigência do PRF-RJ.

Apreciação: A medida tem apresentado resultados acima do esperado para o período.



Fonte: PRF e APTs. Elaboração própria.

8.Nova Metodologia Preço de Referência do Gás e Participações Especiais (Anexo 32 do PRF-RJ)

Descrição: Revisão, pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, da nova metodologia de formulação do preço de referência do gás natural – PRGN, adotada para o cálculo das participações governamentais (*royalties* e outras participações).

Histórico: A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, estabeleceu, em 14 de dezembro de 2009, a Resolução ANP nº 40, retificada em 18 de dezembro de 2009, para fixação do preço de referência do gás natural – PRGN, produzido nos campos pertencentes às concessões, a ser adotado para fins de cálculo das participações governamentais. A revisão da metodologia de cálculo do preço de referência do gás natural, objeto da Resolução ANP nº 40/2009, havia sido incluída na Agenda Regulatória 2017-2018, e teve em seu cronograma a data de publicação reprogramada para agosto de 2018. Posteriormente, foram enviados os acompanhamentos dos Planos de Trabalho dos meses de agosto, setembro e outubro. Neste último constava a informação de que a ANP comunicou ao Estado, por meio do Ofício nº 26/2018/DG-e-ANP, que naquele momento não estariam presentes as condições que justificariam a permanência da Revisão da Resolução ANP nº 40/2009 na Agenda Regulatória, tendo a ação assim sido excluída.

Previsão de Impacto: O valor do impacto anual previsto é de R$ 505 milhões e R$ 571 milhões, nos exercícios de 2019 e 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Não se aplica.

Apreciação: O CSRRF solicitará à SEFAZ que a previsão de impacto financeiro seja reavaliada ou retirada da atualização das projeções do PRF-RJ.

9.Reestruturação Administrativa (Anexo 27 do PRF-RJ - RESERVADO)

Descrição: A reestruturação administrativa tem como escopo a extinção ou a concessão de uso à iniciativa privada de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Histórico: A medida prevê aumento de despesa em 2018, devido ao impacto do gasto demissional dos servidores. O PRF-RJ previu operação de crédito para a Reestruturação Administrativa no valor de R$ 200 milhões, em 15/06/2018. Com vistas a reinstituir a Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização – PED, foi publicado, em 18/09/2017, o Decreto nº 46.087. A expectativa conforme o plano de trabalho era de que quatro ações dessa medida se concretizassem até 30 de abril de 2018. A segunda reunião, marcada para o mês de janeiro, com os diretores das estatais, somente ocorreu em uma delas, que apresentou a primeira versão de seu Plano de Desestatização, o qual fora remetido para validação pela Comissão Diretora do PED. A Comissão identificou complexidade relacionada ao passivo trabalhista da entidade. Publicada a Lei nº 7.941 em 24/04/18, que autoriza o Estado a contratar operações de crédito, até o valor de R$ 200 milhões, destinados à reestruturação da administração pública do Estado do Rio de Janeiro. A referida Lei, porém, veda a extinção das universidades, sociedades de economia mista e todas as empresas públicas além de algumas Fundações. No mês de maio de 2018, por deliberação da Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização, a partir da vedação à extinção de empresas estatais no bojo da Lei Estadual nº 7.941/2018, esta ação encontra-se suspensa. Como medida paralela à desestatização foi elaborada pela Subsecretaria de Gestão, e enviada ao Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento, uma proposta de inclusão formal de Programa de Desligamento Voluntário (PDV) como atividade complementar ao PRF-RJ.

Previsão de Impacto: O valor do impacto anual previsto, comparativamente ao cenário-base, é de R$ 316 milhões e R$ 329 milhões, nos exercícios de 2019e 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Desde dezembro de 2018 não são recebidas informações.

Apreciação: Deverá ser verificado se a medida será excluída do Plano, quando for entregue a versão final de sua atualização pelo novo Governo.

10.*Royalties* e Participações Especiais do Campo de Libra (Anexo 19 do PRF-RJ)

Descrição: Recebimento dos R&PE do Campo de Libra.

Histórico: De acordo com o contrato de partilha de Libra, a data limite para a Declaração de Comercialidade do campo fora estipulada para dezembro de 2017. Para este ano, ainda estava previsto

Teste de Longa Duração – TLD, com produção estimada em 30 mil barris de petróleo por dia, que seria iniciado a partir de julho.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual na receita de *royalties* e participações especiais de R$ 444 milhões, R$ 626 milhões, R$ 755 milhões e R$ 880 milhões, nos exercícios de 2020 a 2023, respectivamente.

Realizado no mês: Sem alteração.

Apreciação: Considerando que a medida não gerou resultados em 2018, bem como não produzirá em 2019, não há necessidade de supervisão imediata do CSRRF, apenas acompanhamento do cronograma de ações para 2020.

11.Imposto sobre Transmissão Causa-Mortis e Doação - ITD (Anexo 16 do PRF-RJ)

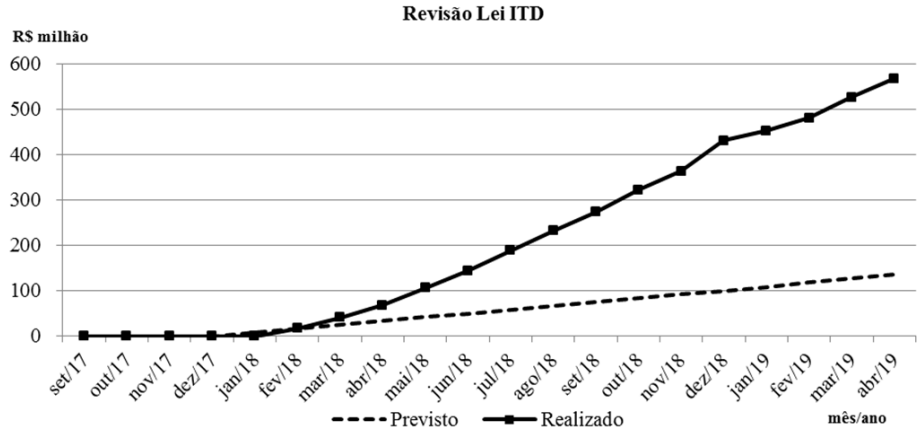
Descrição: Proposta de alteração da faixa de isenção utilizada para a transmissão causa mortis de imóveis residenciais a pessoas físicas, no Imposto sobre Transmissão Causa-Mortis e Doação, de quaisquer Bens e Direitos – ITD.

Histórico: A Lei nº 7.786, que altera a faixa de isenção para o ITD, foi publicada em 17/11/2017, produzindo efeitos a partir de 01/01/2018. Em 21/12/2017 foi deferida medida cautelar em sede de Representação de Inconstitucionalidade nº 0073203-97.2017.8.19.0000, de 21 de dezembro de 2017, que determinou a suspensão dos efeitos da referida Lei até o julgamento definitivo da demanda. Em janeiro, a Procuradoria Geral do Estado ajuizou um pedido de suspensão da liminar no STF. Por orientação da PGE-RJ, as novas alíquotas passaram a produzir efeitos a partir de 16/2/2018.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para gerar impactos anuais de R$ 100 milhões, R$ 107 milhões e R$ 115 milhões, nos exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: A área técnica relatou ter havido incremento de R$ 40,64 milhões no mês, totalizando R$ 568 milhões desde o início de vigência do PRF-RJ.

Apreciação: A medida tem apresentado resultados superiores ao planejado no PRF-RJ.



Fonte: PRF e APTs. Elaboração própria.

12.Alienação de Imóveis do Rioprevidência (Anexo 23 do PRF-RJ)

Descrição: Alienação e locação de imóveis do Rioprevidência.

Histórico: A Lei Estadual nº 3.189/1999 autoriza a alienação e a oneração dos bens imóveis do Rioprevidência, desde que sejam desnecessários ao funcionamento de suas atividades administrativas. No mês de maio de 2018, as licitações foram suspensas devido ao processo judicial nº 0074359-23.2017.8.19.0000. Foi recebida a resposta ao Ofício SEI nº 32/2018/CSRRF-MF com a informação de que a medida sofrerá alteração na atualização do PRF-RJ.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 130 milhões, R$ 150 milhões e R$ 20 milhões, nos exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: A área técnica relatou ter havido incremento de R$ 2,15 milhões no mês, O total arrecadado com a alienação de imóveis desde o início do PRF-RJ monta R$ 9,55 milhões.

Apreciação: A medida está bem abaixo do planejado e o Conselho aguarda as alterações na atualização do PRF-RJ para o realinhamento dos valores previstos desta medida de ajuste.



Fonte: PRF e APTs. Elaboração própria.

13. Reforma das Pensões (Anexo 13 do PRF-RJ)

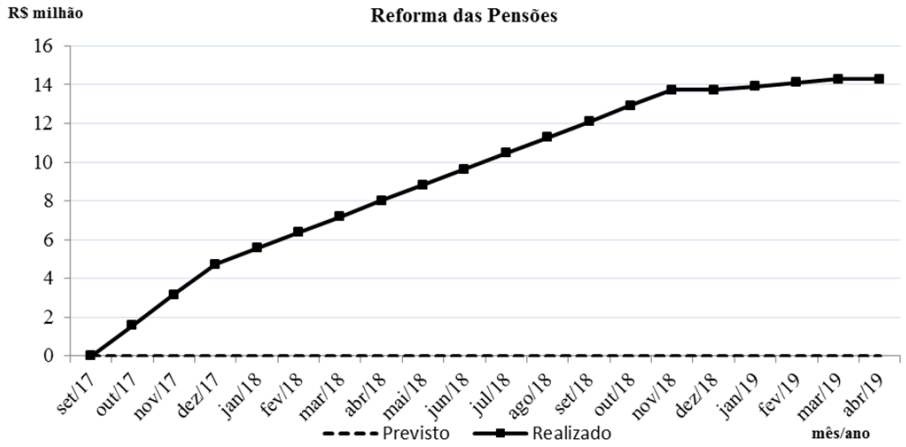
Descrição: Alteração, no que couber, das regras previdenciárias adotadas pelo Regime Próprio de Previdência Social mantido pelo Estado, em conformidade com a Lei Federal nº 13.135/2015.

Histórico: A medida foi implementada pela adoção da Lei Estadual nº 7.628/2017, que alterou dispositivos da Lei nº 5.260/2008 e da Lei nº 3.189/1999.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para gerar economia de despesas a partir do exercício de 2021. Os valores previstos são de R$ 52 mil, R$ 160 mil e R$ 330 mil, para os exercícios de 2021 a 2023, respectivamente.

Realizado no mês: A área técnica responsável relatou ocorrência de impacto positivo no mês no valor de R$ 3,13 e economia de aproximadamente R$ 14,9 milhões acumulados desde o início de vigência do PRF-RJ. Os valores acumulados anteriormente podem ser alterados devido aos requerimentos ocorrerem posteriormente a 60 dias da data do óbito do instituidor de pensão.

Apreciação: As ações da medida se encontram dentro do prazo acordado, com economia de recursos obtida antes do previsto no Plano.



Fonte: PRF e APTs. Elaboração própria.

ANEXO C – MEDIDAS DE CARÁTER PONTUAL

1.Operação de Crédito de Antecipação da Venda da CEDAE – (Anexo 11 do PRF-RJ)

Descrição: Contratação de operação de crédito de antecipação de receita proveniente da alienação da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro – CEDAE.

Histórico: O pregão foi homologado em07/11/2017, no valor de R$ 2,9 bilhões. Contrato de Mútuo nº 1.412/2017 assinado com o Banco BNP Paribas Brasil S.A., publicado em 15/12/2017. Houve entrada de R$ 2 bilhões nos cofres estaduais no mês de dezembro de 2017, e do saldo remanescente, de R$ 900 milhões, no mês de janeiro de 2018.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter ingresso em setembro de 2017, no valor de R$ 3,5 bilhões.

Realização no mês: Medida já realizada.

Apreciação: A medida foi implementada em valor inferior ao originalmente previsto no Plano. Uma vez que a operação de crédito se trata de medida pontual e de antecipação à venda, ela pode vir a ser compensada por ocasião da venda das ações da CEDAE.

2.Alienação da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE

Descrição: Alienação da integralidade das ações representativas do Capital Social da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE.

Histórico: A Lei Estadual nº 7.529/2017 autorizou a alienação das ações da companhia. Em 12 de junho de 2017, o Estado do Rio de Janeiro assinou o Acordo de Cooperação Técnica nº 16.2.0569.14 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tendo por objeto a cooperação técnica para o planejamento e a estruturação de projetos de desestatização. Foi publicado em 28/11/17 o contrato de ressarcimento entre o RJ e o BNDES, para contratação de empresa especializada em modelagem. Em 26/01/18 foi realizada reunião de *kickoff* do projeto, com a participação do consórcio FATOR/CONCREMAT/VG&P - SANEAMENTO RIO DE JANEIRO (contratado em 02/02/2018, pelo prazo máximo de 24 meses pelo BNDES), BNDES e CEDAE, e em 29/01/18 foram iniciados os debates para as atividades de modelagem, com prazo inicial de 130 dias. Em fevereiro deste ano, iniciou-se a fase de elaboração do arranjo jurídico institucional, por meio do qual os serviços de saneamento poderão ser prestados aos usuários pela empresa CEDAE, após a desestatização da mesma. O consórcio apresentou quatro estudos: Plano de Trabalho, Plano de Comunicação, Estudo de Demanda e Relatório sobre os Planos Municipais de Saneamento Básico, que estão em fase de revisão pelo BNDES. Em 15 de junho de 2018, foi elaborado o Parecer nº 02/2018 do CSRRF, acerca do prosseguimento das ações necessárias à sua privatização. O Parecer está disponível na página dedicada ao RRF/RJ no Portal de Transparência da SEFAZ/RJ.

Previsão de Impacto: A medida tem previsão de ingresso de recursos somente em 2020.

Realização no mês: o CSRRF não recebeu as informações relativas ao mês de abril.

Apreciação: O CSRRF continuará monitorando as entregas junto ao BNDES, com vistas ao cumprimento do cronograma e à elaboração do Parecer Semestral.

3.Venda da Folha de Pagamento – (Anexo 28 do PRF-RJ)

Descrição: A medida visa à Precificação de Rendimentos em Contrato de Prestação de Serviços Bancários por instituição financeira, dentre os quais o pagamento da folha salarial dos servidores ativos e dos inativos.

Histórico: O Banco Bradesco arrematou a operação da folha, por 60 meses, a partir de 1º de janeiro de 2018, pelo lance de R$ 1.317.800.000,00. A homologação do resultado foi publicada no Diário Oficial do Estado em 10/08/2017. O contrato foi assinado e o valor dessa operação entrou nos cofres estaduais em agosto de 2017.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto em outubro de 2017, no valor de R$ 1,44 bilhão, e em outubro de 2022, no valor de R$ 1,78bilhão.

Realizado no mês: Medida já realizada.

Apreciação: Houve frustração de receitas, no valor de R$ 123,7 milhões, que poderá ser compensada por outras medidas ao longo do período de duração do PRF-RJ.

4.Antecipação da Concessão da CEG e CEG-Rio – (Anexo 29 do PRF-RJ)

Descrição: Antecipação da prorrogação dos contratos de concessão das empresas CEG e CEG-Rio, com recebimento de outorga.

Histórico: Em reuniões ocorridas entre a Casa Civil e as concessionárias CEG e CEG-RIO sobre a intenção do Estado do Rio de Janeiro de promover a antecipação da prorrogação dos contratos de concessão, que deveriam viger até 2027. As concessionárias estão avaliando junto aos seus Conselhos de Administração se há interesse na antecipação da prorrogação, bem como sua adequação jurídica e as condições financeiras que as companhias estão dispostas a suportar. Este Conselho de Supervisão enviou a Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico, em 29 de setembro de 2017, o Ofício n° 2/2017 solicitando providências. Em resposta ao ofício do CSRRF/RJ, a Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico enviou o Ofício CC/SDE nº 80, em 22/11/2017, informando que o início das tratativas só ocorreria em janeiro de 2018. As concessionárias CEG e CEG-RIO comunicaram, através do Ofício PRESI- 001/2018, de 11 de janeiro de 2018, que realizaram estudos técnico-jurídicos, que indicam a possibilidade da antecipação da prorrogação dos contratos de concessão. Entretanto, as concessionárias decidiram contratar uma consultoria técnica externa especializada, com o objetivo de elaborar uma avaliação detalhada que permita identificar as condições para a referida antecipação, no prazo de 90 dias. Em Ofício enviado em junho à Casa Civil, as concessionárias manifestaram interesse em continuar na prestação do serviço, mas apontaram a existência de incertezas sobre parâmetros regulatórios que dificultam a avaliação financeira, e solicitaram a criação de grupo de trabalho para tratar do marco regulatório, legal e econômico da atividade. Em novembro não foi apresentada a proposta financeira pelas concessionárias, mas foi criado grupo de trabalho pela AGENERSA para avaliar as questões regulatórias. A Casa Civil finalizou parecer jurídico complementar para elucidar questões levantadas pelo GT e encaminhou para visto da PGE-RJ.

Previsão de Impacto: A medida previa arrecadar R$ 800 milhões com as novas outorgas, entre novembro e dezembro de 2017.

Realizado no mês: Criado grupo de trabalho para tratar das concessões. Foi enviado ofício com Nota Técnica à SEFAZ, em 29/4/2019, com pedido de prorrogação de prazo para o final de 2019.

Apreciação: A medida se encontra atrasada, uma vez que seu impacto inicial estava previsto para exercício de 2017. O Conselho aguarda a entrega final da atualização das projeções do PRF-RJ e desconhece o teor da Nota Técnica.

5.Concessão de Linhas de Ônibus – (Anexo 30 do PRF-RJ)

Descrição: Licitação para Concessão dos Serviços Públicos Estaduais de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros por Ônibus.

Histórico: Em 31/08/2017 foi recebido ofício do Sr. Subsecretário de Estado de Transportes, com o cronograma de atividades a ser executado. Em 25/10/2017 foi recebido ofício do Vice-Presidente do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO com relatório e cronograma de atividades, cujo início depende de revogação da liminar deferida no processo judicial nº 0078673-43.2016.8.19.0001, que impede o prosseguimento do processo licitatório. O Conselho solicitou à Secretaria de Estado de Transporte mais informações sobre o seu Plano de Trabalho, por meio Ofício SEI nº 14/2017/CSRRF-MF, em 30/11/2017. Conforme cronograma constante do Plano de Trabalho seriam necessários 380 dias para que se desse a assinatura do contrato de concessão, a partir da revogação da liminar. Em janeiro, o Processo Administrativo nº E-10-005/10244/2016 foi encaminhado ao DETRO, por orientação da Assessoria Jurídica da SETRANS, para prosseguimento dos atos da fase interna, já que a vedação contida na liminar se referia tão somente aos atos atinentes à fase externa, segundo a PGE-RJ. Em 26/02/2018 foi publicado acórdão proferido em Agravo nº 002498708.201.8.01.0000, interposto pelo RJ e DETRO, contra decisão que determina a paralisação de todos os atos que impliquem no prosseguimento da licitação. Entendeu a 3ª Câmara Cível que tal decisão engessa o procedimento licitatório, autorizando o Estado a realizar audiência pública, por se tratar de ato preliminar à publicação do Edital. Em junho a ASJUR/SETRANS estava aguardando atualização dos estudos da FGV para concluir a análise e enviar à PGE-RJ. Os estudos têm duração estimada de 90 dias e dependem de aditivo contratual com a FGV, além de definições da prefeitura do Rio de Janeiro no que diz respeito à operação intermunicipal no corredor BRT Transbrasil. Foram realizadas reuniões entre SETRANS e Prefeitura do Rio, onde ficou esclarecido que a Prefeitura não tem previsão de data para finalização das obras do corredor do BRT Transbrasil, e que ainda não realizou as licitações para futuros terminais de integração modal, e para elaboração do Plano de Elaboração do BRT, de modo que se decidiu que não serão incorporadas alterações no Plano Operacional Básico dos lotes afetos a este corredor. Também foram realizadas reuniões com a FGV, nas quais, tendo em vista a criticidade do prazo do projeto em relação ao necessário para elaboração de novos estudos, decidiu-se por permanecer com o que já havia sido realizado, tendo em vista que não ocorrerão mais alterações no corredor do BRT. No mês de setembro, e não agosto como dito anteriormente, foi realizada a 13ª audiência pública para tratar da concessão, no auditório da PGE-RJ em que foram apresentadas 42 sugestões. O Detro iria analisar as sugestões baseado na documentação técnica do projeto. A FGV não fez a análise sob a justificativa de que o contrato de consultoria com o Detro havia se extinguido. Em outubro foi recebida a resposta ao Ofício SEI nº 32/2018/CSRRF-MF com a informação de que novos estudos seriam elaborados pela FGV e que as projeções estavam mantidas. Em novembro, o Detro notificou a FGV de que o contrato é "por escopo" e que, portanto não se extingue antes da finalização do objeto que é apoio ao processo de licitação. Em janeiro de 2019 foi informado que nenhuma alteração havia sido observada no mês, apenas que o cronograma anterior havia se tornado inexequível.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para gerar receitas nos meses de outubro a dezembro do exercício de 2018, no valor de R$ 142,2 milhões cada.

Realizado no mês: Não foram recebidas informações relativas aos meses de fevereiro e março.

Apreciação: A medida se encontra atrasada, uma vez que seu impacto inicial estava previsto para o mês de outubro de 2018. O CSRRF aguarda a reavaliação dos montantes e do cronograma de execução na entrega final da atualização do Plano.

6.Securitização da Dívida – (Anexo 24 do PRF-RJ)

Descrição: Cessão dos direitos creditórios consistentes no fluxo financeiro decorrente da cobrança de créditos inadimplidos dos tributos administrados pela SEFAZ/RJ, e de créditos de qualquer natureza inscritos em dívida ativa, por meio de Sociedade de Propósito Específico – SPE.

Histórico: A Lei Estadual nº 7.040, de 09 de julho de 2015 autorizou a cessão dos direitos creditórios. Em 18 de setembro de 2017, fora realizada audiência pública na SEFAZ, conforme trâmite definido pela Procuradoria Geral do Estado e pelo Tribunal de Contas do Estado. Em 19 de setembro de 2017, o plenário do TCE-RJ se reuniu e deu voto favorável ao pleito, encaminhando-o a sua assessoria jurídica para análise. Contra a decisão do plenário do TCE-RJ, foi impetrada representação do Ministério Público, e o pleito que se encontrava na assessoria jurídica do TCE-RJ foi enviado para análise do Conselheiro-Relator. Em outubro foi recebida a resposta ao Ofício SEI nº 32/2018/CSRRF-MF com a informação de que considerando a expectativa de baixo retorno devido ao cenário macroeconômico nacional a medida será descontinuada na atualização do PRF-RJ.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto nos exercícios de 2017 e 2018, nos montantes de R$ 194 milhões e R$ 881 milhões, respectivamente.

Realizado no mês: Não se aplica.

Apreciação: A medida se encontra atrasada, uma vez que seu impacto inicial estava previsto para os anos de 2017 e 2018. O Conselho aguarda a entrega final da atualização do PRF-RJ para reanálise da medida.

SIGLÁRIO

ANP – Agência Nacional do Petróleo

APT – Acompanhamento do Plano de Trabalho (Medida de Ajuste do PRF)

CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos

CSRRF – Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal

DCL – Dívida Consolidada Líquida

DTP – Despesa Total de Pessoal

LC – Lei Complementar Federal

LCE – Lei Complementar Estadual

LRF – Lei Complementar n° 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal

PGE-RJ – Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

R&PE – *Royalties* e Participações Especiais na produção de petróleo

RGF – Relatório de Gestão Fiscal da LRF

RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária da LRF

PRF-RJ – Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro

RP – Restos a Pagar

RPPS-RJ - Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro

RRF – Regime de Recuperação Fiscal

RCL – Receita Corrente Líquida

SEFAZ/RJ – Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCE-RJ – Tribunal de Constas do Estado do Rio de Janeiro

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro